



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Licenciatura em Sociologia

Título:

**“Desenvolvimento como Liberdade” Um Estudo Sobre o Processo de Construção e
Reconstrução das Liberdades Individuais dos Agricultores da Associação Armando Emílio
Guebuza, na Cidade de Maputo.**

Autor: João Custódio Matsinhe

Supervisor: Baltazar Muianga, PhD

Maputo, agosto de 2025



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

“Desenvolvimento como Liberdade” Um Estudo Sobre o Processo de Construção e Reconstrução das Liberdades Individuais dos Agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, na Cidade de Maputo.

Autor:

João Custódio Matsinhe

Supervisor:

Baltazar Muianga, PhD

Maputo, agosto de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AUTOR:

João Custódio Matsinhe

“Desenvolvimento como Liberdade” Um Estudo Sobre o Processo de Construção e Reconstrução das Liberdades Individuais dos Agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, na Cidade de Maputo.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Sociologia Pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, aos ____ de _____ de 2025

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA

Eu, João Custódio Matsinhe, declaro por minha honra que esta monografia apresentada em requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane nunca foi apresentada parcial ou integralmente, em nenhuma instituição para a obtenção de qualquer grau académico. A mesma é resultado da minha pesquisa pessoal, sendo assim, indicadas nas citações e nas referências as fontes por mim utilizadas.

Maputo, agosto de 2025

João Custódio Matsinhe

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Custódio Alberto João Matsinhe e Luísa Zacarias Chaúque, que me inspiraram e tornaram possível a realização deste trabalho. Aos meus irmãos, aos quais deixo o exemplo na expectativa de que sigam o mesmo caminho.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração e apoio, de forma directa e indirectamente de várias pessoas, às quais gostaria bastante de agradecer.

A Deus pelo dom da vida, pois se não fosse por ele, este sonho não se teria realizado. Ao meu supervisor Doutor Baltazar Muianga, pela pronta disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pelo suporte, comentários, críticas, sugestões e por acreditar em mim.

A todo o corpo docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em particular ao Dr. Neto Sequeira, Dr. Ivo Cumbane e Dr. Adriano Maurício, pelas competências e responsabilidades manifestadas durante esta longa caminhada.

À minha família, em especial aos meus pais Custódio Alberto João Matsinhe e Luísa Zacarias Chaúque, aos meus avós, Zacarias Chaúque, Constância Matsimbe e Adelaide Wamusse que sempre estiveram ao meu lado, independentemente das circunstâncias, sempre deram seu máximo para me alegrar, agradeço pelo suporte e por acreditarem em mim. Aos meus queridos irmãos, Naftal Matsinhe e Margarida Matsinhe, que sempre me apoiaram nesta vida e principalmente nesta caminhada académica, o meu mais sincero agradecimento.

Aos meus colegas de turma em geral, pelos momentos compartilhados. Em especial ao meu grupo de estudo, nomeadamente: Aurélio Mandlule e Vânia Mavila, pela partilha de conhecimentos, experiência de vida e amizade, vão aos meus sinceros agradecimentos.

A minha parceira Chelta Bié, pelo suporte, apoio, pelos ensinamentos, pela dedicação e experiência de vida, vai um grande agradecimento.

Aos meus grandes amigos, nomeadamente: Gércio Nhabinde, Wilion Lavieque e Orlando Nhantumbo, pela amizade, suporte e experiência de vida, meus profundos agradecimentos.

Desejo também agradecer a todos aqueles amigos que, contribuíram e incentivaram a realização deste estudo e que, por motivos de espaço, não constam, mas vão os meus sinceros e profundos agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem como Título “Desenvolvimento como Liberdade” Um Estudo Sobre o Processo de Construção e Reconstrução das Liberdades Individuais dos Agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, na Cidade de Maputo. Este estudo foi realizado na Cidade de Maputo, com o objectivo de compreender o processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos membros da Associação Armando Emílio Guebuza. Esta pesquisa teve como lente a Teoria de Desenvolvimento de Amartya Sen (1999), que dita que a verdadeira liberdade é alcançada quando os indivíduos têm a capacidade de viver de forma real as suas escolhas e a teoria de estruturação de Giddens (1984) que traz-nos uma visão equilibrada entre a determinação social e a liberdade humana, destacando que a sociedade é tanto o meio quanto o resultado. Quanto a abordagem metodológica, a pesquisa optou pela qualitativa, como técnica de recolha de dados a entrevista semi-estruturada e a entrevista em grupo focal, com uma amostra de 10 agricultores. Mesmo diante das dificuldades, os agricultores exercem suas liberdades através de práticas como a diversificação de culturas na produção, o fortalecimento de redes de apoio, a marcação de preços individuais e a participação inclusiva nas decisões da associação. Essas práticas não apenas refletem a resistência e a resiliência dos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, mas também revelam a capacidade de agência e inovação social que emerge mesmo em contextos complexos sobre o exercício das suas liberdades. Assim, a associação dos agricultores, enquanto um espaço coletivo, demonstrou-se como um instrumento de fortalecimento das capacidades dos seus membros quanto um local onde tensões e desigualdades internas podem limitar o exercício pleno dessas liberdades. Tendo percebido que a participação inclusiva, a transparência na gestão e o acesso equitativo aos recursos são elementos essenciais para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento.

Palavras-chave: liberdade, associativismo agrícola, desenvolvimento comunitário, desigualdade estrutural, teoria do desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper is entitled "Development as Freedom," a Study on the Process of Construction and Reconstruction of Individual Freedoms among Farmers of the Armando Emilio Guebuza Association in Maputo City. This study was conducted in Maputo City with the aim of understanding the process of construction and reconstruction of individual freedoms among members of the Armando Emilio Guebuza Association. This research was guided by Amartya Sen's Development Theory (1999), which states that true freedom is achieved when individuals have the capacity to truly live their choices, and Giddens's Structuration Theory (1984), which provides a balanced view of social determination and human freedom, emphasizing that society is both the means and the outcome. The methodological approach adopted was qualitative, with semi-structured interviews and focus group interviews being used as data collection techniques, with a sample of 10 farmers. Even in the face of difficulties, farmers exercise their freedoms through practices such as crop diversification, strengthening support networks, setting individual prices, and inclusive participation in association decisions. These practices not only reflect the resilience of the farmers of the Armando Emilio Guebuza Association but also reveal the capacity for agency and social innovation that emerges even in complex contexts regarding the exercise of their freedoms. Thus, the farmers' association, as a collective space, has proven to be both an instrument for strengthening the capacities of its members and a place where internal tensions and inequalities can limit the full exercise of these freedoms. They have realized that inclusive participation, transparency in management, and equitable access to resources are essential elements for ensuring an environment conducive to development.

Keywords: freedom, agricultural associations, community development, structural inequality, development theory.

LISTA DE ABREVIATURAS

FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IPERMO	Instituto de Pesquisa e Promoção do Desenvolvimento Rural de Moçambique
ONG	Organizações Não Governamentais
PMEs	Pequenas e Medias Empresas

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE	7
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: REVISÃO DA LITERATURA Á CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	6
1.1. O associativismo agrícola como movimento de desenvolvimento comunitário.....	6
1.2. O associativismo agrícola enquanto mecanismo de fortalecimento da capacidade de negociação	10

1.3.	O associativismo enquanto meio de aquisição de recursos económicos.....	13
1.4.	Problema de pesquisa e Pergunta de Partida.....	16
CAPITULO-II QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL		17
2.1.	Quadro teórico	17
2.1.1.	Teoria de Desenvolvimento como liberdade	17
2.1.2.	Teoria da Estruturação de Anthony Giddens.....	19
2.2.	Quadro conceptual	20
2.2.1.	Participação.....	20
2.2.2.	Associativismo agrícola	21
2.3.	Modelo de análise.....	23
CAPITULOIII. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO		24
3.1.	Método de Abordagem.....	24
3.2.	Método de Procedimento.....	24
3.3.	População e Amostra	24
3.3.1.	Critérios de Inclusão.....	25
3.4.	Técnica de Amostragem.....	25
3.5.	Técnica de Colecta de Dados	25
	a) Entrevista Semi-Estruturada	25
	b) Grupo Focal	26
3.6.	Técnica de Análise de Dados.....	26
3.7.	Questões Éticas	27
3.8.	Constrangimentos e formas de superação	27
CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS		28
4.1.	Perfil Sócio-demográfico	29
4.2.	Desafios operacionais enfrentados pelos membros da Associação dos Agricultores no processo de produção.....	30
4.2.1.	Mudanças Climáticas	30
4.2.2.	Desvio de Fundos e Falta de Meios: Barreiras à Produção Sustentável	32
4.2.3.	Acesso á Financiamento: O Caminho Travado pelo Crédito	35
4.3.	Processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos agricultores frente aos desafios operacionais	37
4.3.1.	Ajuda de empresas: Parcerias que Fazem a Diferença	37
4.3.2.	Fortalecimento das Redes de Apoio	39
4.3.3.	Marcação de Preços Individuais	42

4.4. Exercício das liberdades individuais e desenvolvimento dos membros da associação ...	44
4.4.1. Liberdade de escolha: Fortalecendo Redes, Ampliando Possibilidades	44
4.4.2. Novos Interesses, Novas Práticas: O Campo em Transformação	46
4.4.3. Plantações Diversificadas: Autonomia e Resiliência no Campo	48
4.4.4. Participação Inclusiva: Todos com voz e vez	51
5. CONCLUSÃO	54
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	56
7. APÊNDICES	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho do fim de curso emerge da necessidade de abordar sobre “Desenvolvimento como Liberdade” Um Estudo Sobre o Processo de Construção e Reconstrução das Liberdades Individuais dos Agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, na Cidade de Maputo, no Bairro do Romão Distrito Municipal Kamavota. Este trabalho procura investigar o processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos membros da Associação Armando Emílio Guebuza frente aos desafios enfrentados pelos agricultores. Onde este processo toma a associação dos agricultores enquanto agentes de mudanças e intervenções sociais face ao desenvolvimento comunitário, promovendo então práticas que vão de acordo com os objectivos desta associação.

Desde os tempos pré-históricos, as associações agrícolas têm sido parte fundamental da organização das sociedades humanas, ajudando na sobrevivência frente às dificuldades de cada época e contribuindo para as diferentes estruturas sociais. O progresso da actividade agrícola está directamente relacionado ao aumento da produção e da produtividade dos factores utilizados em seu progresso, o que exige a busca de alternativas de produção capazes de utilizar de forma mais eficiente os recursos como a terra, a tecnologia e o capital investido na agricultura, (Schneider, 1991).

Em Moçambique, após a Independência Nacional em 1975, o Estado experimentou a política de socialização do campo, na qual grandes companhias de produção agrícola foram entregues à gestão do Estado, como estratégia para o desmantelamento da estrutura colonial de produção, até então vigente, o governo de Moçambique assumiu a agricultura como a base para o desenvolvimento, cumprindo, nessa etapa, a dupla função de abastecimento da indústria e dos mercados internos, bem como a articulação entre as zonas rurais e urbanas (Nanthapa & Bata, 2020).

Nesta senda, o governo procurou, com essa política agrícola, acelerar o desenvolvimento rural, melhorando, gradualmente, as condições de vida e tornando as zonas rurais mais atractivas para as comunidades locais. A socialização do campo possibilitava ao Estado, por um lado, racionalizar a aplicação de investimentos nas áreas sociais e, por conseguinte, a melhoria das condições de vida da população e, por outro lado, assegurava a complementaridade entre o campo e a cidade, a indústria e a

agricultura permitindo, desse modo, o reforço da aliança operário-camponesa (José, 2005).

O desenvolvimento nas áreas rurais é orientado pelas associações agrícolas, que tem como objectivo impulsionar o crescimento por meio de políticas voltadas para a atracção de novos investimentos e estímulo e iniciativas locais. Essas associações realizam actividades de apoio, como fortalecimento de serviços, capacitação, e também desempenham a função de organizar os actores sociais económicos em torno do desenvolvimento das comunidades, aumentando a sua competitividade e promovendo mudanças nas atitudes em direcção a Proactividade.

De acordo com Macave (2023), a formação de associações agro-pecuárias no distrito de Mandlakazi, em Moçambique, influenciou a produção e produtividade agrícola entre 2018 e 2022, diz o autor que apesar do aumento no número de associações, ainda há lacunas no impacto efetivo na produtividade, sugerindo a necessidade de políticas públicas mais eficazes para fortalecer o associativismo agrícola.

No entanto, na visão de Arda (2025), as associações de agricultores em Moçambique desempenham um papel fundamental no desenvolvimento rural, promovendo a organização coletiva, o acesso a recursos e a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores. diversas organizações têm se destacado nesse contexto, implementando projetos que visam fortalecer o setor agrícola nacional. Por sua vez, a participação enquanto um paradigma de intervenção comunitária demonstra que o seu objectivo passa pela promoção da participação, através da criação de um espaço onde as pessoas, por exemplo, com interesses semelhantes e que vivem na mesma localidade, possam identificar as preocupações e os interesses comuns e em conjunto delinear uma estratégia de intervenção que promova uma mudança duradoura (Payne. 2020).

Para Silva (2022), o papel da associação, principalmente uma associação comunitária rural é integrar acções daqueles agricultores e agricultoras associadas em benefício de melhorias do processo produtivo, tanto individual como da comunidade no geral. E também um factor muito importante para a sobrevivência de uma associação é o planeamento. O planeamento é essencial, dentro de uma associação tem que haver um planeamento para possibilitar as condições, para enfrentar os imprevistos que aparecem com finalidade de defender os interesses dos associados, assim como desenvolver projectos pensando na colectividade, porque quando se pensa na associação tem que se

pensar também na colectividade. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e envolvimento da comunidade.

No contexto de desenvolvimento comunitário, Silva (1963) ressalta que opera sempre uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, devem ser estes os autores dessa transformação, tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que é o mesmo que dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar, como é da índole do desenvolvimento comunitário. E também, é importante frisar que o conceito de comunidade é definido de acordo com o contexto histórico, social, político e económico de cada período. Encontramos na concepção grega o conceito de comunidade como polis, Costa (2016).

O desenvolvimento comunitário vem sendo associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões (Haveri, 1996).

A presente pesquisa teve três pontos de análise na revisão de literatura.

A primeira tese toma o associativismo agrícola como movimento de desenvolvimento comunitário apresenta-se a tese de que o associativismo agrícola actua como um motor de desenvolvimento comunitário, que promove cooperação entre os membros da comunidade, onde os agricultores por meio da união e organização, ganham voz. Portanto, fazem parte desta abordagem os seguintes autores:(Valá, 1998; Bordinave, 1994; Mammo, 1999; Xavier, 2001; Pombal, 2021; Doniak, 2002; Queimado, 2002; Machaieie, 2022; Manhiça, 2019; Sitei, 2013; Canterle, 2004).

A segunda perspectiva o associativismo agrícola enquanto mecanismo de fortalecimento da capacidade de negociação, fundamenta-se na tese de que os agricultores se unem em associações ou cooperativas para fortalecer sua capacidade de negociação, acesso a recursos e representação em nível local, regional e nacional. Assim, fazem parte desta abordagem os seguintes autores:(Ferrinho, 2018; Homero, 1988; Manhiça, 2015; Serrano, 2018; Nhantumbo, 2016; Folige, 2004; Machaieie, 2022; Soares, 2010; Leolello, 2010 e Silveira, 1963).

A terceira perspectiva fala do associativismo enquanto meio de aquisição de recursos económicos, defende a tese de que o associativismo é uma forma estratégica eficaz de fortalecimento económico e social em comunidades locais, através da cooperação e mobilização de recursos, promovendo a sustentabilidade e o empoderamento. Nesta perspectiva, encontramos os seguintes autores: (Da Silveira et al. s/d; Silveira, 1992; Rocha et al., 2018; FAO, 2015; Libombo, Elizaiario e Ferrante, s/d e Machaieie, 2022).

O que culminou com a seguinte pergunta de pesquisa: *De que forma os desafios internos da associação afectam o exercício as liberdades individuais dos agricultores?*

A pesquisa tem como objectivo geral, compreender o processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos membros da Associação Armando Emílio Guebuza. E como objectivos específicos: *descrever o perfil sociodemográfico dos agricultores membros da associação; identificar as dificuldades enfrentadas pela associação dos agricultores no processo de produção; analisar o modo como os membros da associação produzem e reproduzem suas liberdades individuais frente aos desafios operacionais; identificar como o exercício dessas liberdades individuais contribui para o desenvolvimento pessoal dos próprios membros da associação.*

Estudar sobre o processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza foi relevante porque nos permitiu compreender como eles lutam pela autonomia, dignidade e permanência em contextos urbanos marcados por desigualdade e exclusão. Na cidade de Maputo, onde o avanço da urbanização e os conflitos por terra, infra-estrutura e recursos impõem barreiras à produção agrícola local, os agricultores enfrentam constantes desafios operacionais, como a falta de acesso a insumos, ausência de políticas públicas eficazes e restrições ao uso da terra. Sob ponto de vista social, o estudo busca enfatizar o papel do agricultor como agente de mudança e não apenas como receptor de políticas públicas. Sob ponto de vista científica, a pesquisa contribuiu para o avanço das ciências sociais ao discutir a liberdade como um processo socialmente construído, influenciado por condições estruturais e pela capacidade de acção individual.

Como base teórica, nos baseamos na teoria de Amartya Sen (1999), a Teoria de Desenvolvimento que determina que em seu pensamento, o verdadeiro desenvolvimento está intimamente ligado ao aumento das capacidades humanas de escolher, agir e viver uma vida que seja valorizada pelos próprios indivíduos. O desenvolvimento económico

não deve ser visto apenas como um crescimento quantitativo, mas como um processo qualitativo de expansão das liberdades que os cidadãos possuem para moldar suas vidas.

Como método de abordagem, optou-se pela abordagem qualitativa, onde usamos a amostragem não probabilística intencional e a entrevista semi-estruturada e a entrevista em grupo focal como técnicas para a recolha de dados. Como técnica de análise de dados, optamos pela análise de conteúdo.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiramente, temos o primeiro capítulo que diz respeito a revisão de literatura e a elaboração do problema de pesquisa; de seguida, no segundo capítulo apresentamos o quadro teórico, que nos serviu de guia para analisar e interpretar os dados e, ainda dentro do mesmo capítulo apresentamos os conceitos por nós usados. O terceiro capítulo trata do quadro metodológico que é composto pelo método de abordagem usado, técnica de recolha de dados, técnica de amostragem, método de procedimento, método de análise de conteúdo, os princípios éticos e os constrangimentos e formas de superação. No último capítulo, teremos a apresentação, análise e discussão dos resultados. Seguiremos com a conclusão, as referências bibliográficas e por fim, os anexos.

CAPÍTULO I: REVISÃO DA LITERATURA Á CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos o estado da arte sobre a temática em questão, onde apresentaremos três abordagens que culminarão com a elaboração do objecto de pesquisa. Num primeiro momento teremos a abordagem que olha para o associativismo agrícola como movimento de desenvolvimento comunitário, seguido do associativismo agrícola enquanto mecanismo de fortalecimento da capacidade de negociação e por fim, o associativismo enquanto meio de aquisição de recursos económicos

1.1. O associativismo agrícola como movimento de desenvolvimento comunitário

Nesta vertente, se apresenta a tese de que o associativismo agrícola actua como um motor de desenvolvimento comunitário, que promove cooperação entre os membros da comunidade, onde os agricultores por meio da união e organização, ganham voz. Portanto, fazem parte desta abordagem os seguintes autores:(Valá, 1998; Bordinave, 1994; Mammo, 1999; Xavier, 2001; Pombal, 2021; Doniak, 2002; Queimado, 2002; Machaieie, 2022; Manhiça, 2019; Sitei, 2013; Canterle, 2004).

Esta abordagem enfatiza, na visão de Valá (1998), a ideia de que a participação comunitária é um processo em que os membros de uma determinada comunidade participam de uma forma activa na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento e inclusão activa das comunidades. Isso significa que não existe desenvolvimento sem que o grupo alvo seja dotado de conhecimentos e capacitação aprimorada em questões teóricas e técnicas que possibilitem a execução de actividades que proporcionem condições favoráveis a produção e proveito do mesmo.

Enfatiza Bordinave (1994) que as pessoas participam em sua família, em comunidade, no trabalho e na luta política. E, esta participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas sobretudo uma necessidade fundamental do ser humano e que é inerente à sua natureza. Num estudo elaborado por Mammo (1999) sobre o paradoxo da pobreza em África, o autor concluiu que a participação é uma estratégia de

desenvolvimento, incorporação e uso de conhecimentos locais prevalentes num país, para transformar a população local do passivo recipientes para produtores activos.

Xavier (2001) analisando a participação comunitária no processo de tomada de decisão no contexto da comercialização agrícola, o autor concluiu que a participação comunitária permite o aproveitamento do capital social existente no seio das comunidades, que através das suas práticas tradicionais e dos conhecimentos modernos desenvolvidos pela ciência identificam mecanismos de soluções de seus problemas. Onde, de alguma forma vai garantir que haja sucesso dos programas na responsabilização das comunidades e na implementação das acções desenvolvidas. Portanto, Pombal (2021) subsidia a abordagem de Xavier concluindo que, a participação melhora a qualidade das decisões e torna mais fácil alcançarem-se objectivos de interesse comum.

A participação plena e frutuosa do conjunto de uma população em projectos de desenvolvimento local é um objectivo extremamente difícil de conseguir. O campo de acção é demasiadamente vasto, a população é geralmente composta por numerosos grupos sociais cujos interesses, preocupações ou recursos diferem muito. Por outro lado, participar de tais projectos pressupõe um envolvimento duradouro e exigente. Quanto maior e representativo for o número de atores envolvidos em um processo participativo, mais democrático este será e maiores serão os êxitos no desenvolvimento local. Em um processo participativo, desde a elaboração do planeamento até sua execução, é necessário que as organizações e os cidadãos participem, em algum momento, de sua elaboração. Além de participar, é importante que cada organização e todo cidadão conheça o seu papel dentro do sistema planejado, comprometendo-se com o desenvolvimento local (Doniak, 2002).

Diferentemente dos autores acima citados, Queimado (2002), traz uma perspectiva interessante ao argumentar que, embora a participação comunitária não seja a única causa do sucesso e, sendo induzida, demanda prévio investimento em recursos humanos, financeiros e estruturais para a participação, ela é essencial para que a sociedade tenha o retorno esperado da administração pública, além de mostrar à comunidade as dificuldades pelas quais uma administração pública passa. Assim, a própria comunidade consegue ajudar a administração pública a enfrentar os problemas.

Os autores trouxeram esboços sobre a participação comunitária, onde socialmente, a participação é tida como um método estratégico que uma determinada comunidade usa para a realização de suas actividades com um objectivo comum. Portanto, a participação une indivíduos para a satisfação das suas necessidades através da agregação e uso de conhecimentos locais que eles têm, com vista a modificar a realidade social na qual estão inseridos. Como mostra o Xavier et al. (2001), ao subsidiar que o processo de participação melhora a qualidade das decisões e torna mais fácil alcançarem-se objectivos de interesse comum.

Homero (1988) apud Machaieie (2022) analisa o associativismo agrícola, recorrendo a questão do associativismo/cooperativismo. Os resultados da pesquisa indicam que as cooperativas constituem um processo de organização humana que visa contribuir para melhorar as condições de vida da comunidade em que se institucionalizam. Para o autor, as cooperativas têm surgido sobretudo pela vontade de governos esclarecidos que neles tem encontrado uma das formas mais válidas para apropriar e dinamizar a política de desenvolvimento que pretendem levar a cabo. Assim, as instituições duma comunidade contribuem positivamente para o seu desenvolvimento, para a melhoria das condições de vida da população, e é necessário que todas elas aceitem como valores fundamentais da sua existência os valores em que se alicerça a concepção de uma melhor condição de vida.

Fonseca (2017), analisa o papel do associativismo agrícola dentro da economia solidária e seu impacto no desenvolvimento local no distrito de Boane, na Província de Maputo. O autor investigou o modo como os membros das associações agrícolas estabelecem redes de cooperação e solidariedade entre si. Os resultados da pesquisa apontaram que o associativismo agrícola é uma estratégia efectiva para o desenvolvimento local na região, e que esse modelo pode ser ainda mais potencializado para alcançar resultados mais significativos. Neste contexto, as associações agrícolas desempenham um papel crucial na redução da pobreza, sendo instituições fundamentais no processo de desenvolvimento local, por meio de formas organizacionais que incentivam o trabalho colectivo e utilizam mecanismos de cooperação e solidariedade, essas associações têm criado novos modelos de desenvolvimento local.

Um estudo realizado por Manhiça (2019), analisa as intervenções que criam a “Associação com Enxada na Mão há Vida”, no bairro de Massaca, distrito de Boane. Os

resultados do estudo mostram que o governo, e outras instituições não-governamentais, através de projectos agrícolas, têm incentivado os agricultores a produzirem com vista a melhorarem a qualidade de vida dos mesmos. Estas intervenções visam a transformação da “agricultura de subsistência” numa agricultura cada vez mais orientada para o mercado, e proporcionando uma maior competitividade dos agricultores. Assim, o associativismo no sector agrícola tem sido o apelo governamental e das ONG ao agronegócio, que constituem o incentivo na prática de uma “agricultura comercial” em contraste a “agricultura de subsistência”.

De acordo com Siteo (2013), a associação enquanto uma organização desempenha um papel relevante, pois permite o desenvolvimento das relações sociais. Através do estabelecimento de redes sociais de solidariedade, inter-conhecimento, reciprocidade entre os membros, muito mais que isso nas relações entre os membros prevê-se o reforço das condições económicas e aumento das oportunidades que a associação proporciona a vida dos seus membros. Ela constitui uma alternativa para a sobrevivência de seus membros, pois é lá que os filiados encontram apoio financeiro como social para fazer face as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. Neste caso em específicos, estas condições económicas e aumento da oportunidade não se verificam na sua maioria, mas sim, podemos notar algumas mudanças na vida dos membros que, para eles, têm a ver com a capacidade de prover as necessidades básicas.

Para Canterle (2004), as associações instrumentalizam os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos actores, produzindo um todo harmónico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para reflectir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a dimensão humana. O autor também sublinha que as discussões teóricas estabelecidas sobre a importância das associações no desenvolvimento local evidenciam que em primeiro lugar, o desenvolvimento deve atingir o ser humano. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida e da sociedade, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e consequentemente, o local. Pois, o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente que está inserido.

Um estudo realizado por Souza (2014), a autora examina o associativismo agrícola e sua relação com o desenvolvimento local, com ênfase nas razões que motivam os camponeses a se associarem e como essa participação impacta no progresso das comunidades. Os resultados da pesquisa sugerem que, além dos benefícios sociais proporcionados pela associação, os camponeses também desfrutam de vantagens económicas decorrentes da sua participação nas associações. A autora argumenta ainda que, a associação actua como uma instituição que facilita a participação e aproximação entre os camponeses, o que contribui para o fortalecimento dos vínculos sociais entre eles. Essa interacção possibilita a troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos sobre as práticas agrícolas, o que enriquece as habilidades dos associados. O estudo revela que a principal motivação dos camponeses para se filiarem a associação é a busca por melhores condições de vida. No entanto, apesar de algumas mudanças nas condições pessoais dos associados, a associação não se mostrou um factor determinante para o desenvolvimento global da comunidade em que estão inseridos.

1.2. O associativismo agrícola enquanto mecanismo de fortalecimento da capacidade de negociação

Esta segunda abordagem fundamenta-se na tese de que os agricultores se unem em associações ou cooperativas para fortalecer sua capacidade de negociação, acesso a recursos e representação em nível local, regional e nacional. Assim, fazem parte desta abordagem os seguintes autores: (Ferrinho, 2018; Homero, 1988; Manhiça, 2015; Serrano, 2018; Nhantumbo, 2016; Folige, 2004; Machaieie, 2022; Soares, 2010; Leolello, 2010 e Silveira, 1963).

Portanto, a abordagem de associativismo agrícola se apresenta como um importante contributo para compreensão da dinâmica da vida social no meio rural, atendendo e considerando que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, então o modelo associativismo revela-se como um importante catalisador para a busca de soluções para os problemas que os indivíduos enfrentam, e que seria difícil ou senão impossível resolver individualmente.

Para Ferrinho (2018), a associação é o tipo de organização profissional preferida pelos agricultores porque é fácil registar seus estatutos e adaptar seu modo de funcionamento e porque ela não é submetida a nenhum controle fiscal por parte da administração. Para

Homero (1988) o associativismo agrícola constitui um processo de organização humana que visa contribuir para melhorar as condições de vida da comunidade em que se institucionalizam. Portanto, em países, tecnologicamente, menos evoluídos como é o caso de Moçambique, as associações têm surgido, sobretudo, pela vontade do governo e que neles tem encontrado uma das formas mais válidas para apoiar e dinamizar a política de desenvolvimento que pretendem levar a cabo.

De acordo com Manhiça (2015), as associações que se dedicam à produção agrícola, enfrentam diversos constrangimentos ligados à usurpação e perda da terra, falta de chuvas da qual depende a produção da maior parte das associações e falta de mercado para seus produtos em épocas de colheita. Assim, o plano estratégico de desenvolvimento do sector agrário (2022), traz uma abordagem que subsidia a ideia de Manhiça (2015), ao compreender então que as organizações de produtores agrários têm o papel de mobilizar recursos e investir no sector agrário especialmente no desenvolvimento das actividades alinhadas ao presente plano estratégico e o respectivo plano de investimento nas diferentes etapas das cadeias de valor agrárias estratégicas. As organizações dos produtores agrários têm a tarefa de melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços agrários através de adopção de tecnologias melhoradas assim como o papel de participar activamente nos fóruns de consulta e tomada de decisão e de gestão de programas estratégicos do sector agrário.

De acordo com Serrano (2018) a intervenção social é um processo de retroalimentação permanente que integra as fases de diagnóstico (detectar necessidades), de planificação (definir objectivos, metodologia, calendarização e recursos), de aplicação (desenvolver, acompanhar e controlar o projecto) e avaliação (antes, durante e após o projecto). Assim, este processo vai promover mudanças significativas no distrito da Manhiça a partir das acções da associação dos agricultores que tem um papel fundamental na estabilização social e coesão comunitária.

Indo naquilo que diz respeito a associações, enfatiza-se na ideia de Nhantumbo (2016) que no distrito de Marracuene, o associativismo é um fenómeno que se tem revelado como uma alternativa viável para os agricultores do sector familiar, pela união de esforços com a finalidade de conquistar ganhos colectivos maiores. A União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene, é uma organização criada pelos próprios agricultores do distrito de Marracuene para a defesa de seus interesses, fortalecimento destes como classe e para alcançar uma auto-sustentabilidade económica, social e

cultural fortalecendo o associativismo e capacitando os agricultores em assuntos ligados a economia familiar.

Folige (2004), argumenta que uma associação de agricultores é elaborada como estratégia dos camponeses para desenvolverem as suas condições de vida e produção num quadro de estímulo ao desenvolvimento rural, os camponeses como parte integrante da sociedade apresentam diversas formas de organização para as múltiplas esferas da sua vida e entre as quais contam-se as associações.

Num estudo realizado por Alegre (2012) sobre “Cooperativas Agrícolas e Desenvolvimento Comunitário no Distrito de Boane” é analisado o impacto das cooperativas agrícolas no desenvolvimento local, com foco nas cooperativas 25 de Setembro e Agropecuária de Campoane. A pesquisa destaca que essas cooperativas contribuíram significativamente para o progresso da comunidade, oferecendo serviços, promovendo a capacitação institucional, estimulando o crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs), facilitando a participação em grupos e redes sociais, compartilhando informações e fortalecendo a solidariedade e a confiança entre os envolvidos no desenvolvimento comunitário. No entanto, as cooperativas desempenhavam um papel crucial no desenvolvimento do distrito de Boane, e a autora sugere que o governo e as ONGs aumentem o apoio a essas iniciativas.

Em torno do associativismo agrícola, Soares (2010) aponta para os principais problemas do dia-a-dia dos agricultores nas associações, enfatizando então a ideia de que os agricultores deverão ser capazes de identificar pelo menos dois principais problemas com que se deparam no quotidiano meio as suas actividades profissionais: do ponto de vista técnico, as pequenas associações têm dificuldades em acompanhar o progresso técnico e entrarem no mercado comercial, daí a necessidade de utilização de técnicas modernas agrícolas tais como: Utilização de Adubos, fertilizantes, sementes melhoradas e tratamento dos seus produtos, desde a limpeza, embalagem etc. e do ponto de vista comercial a produção agrícola está sujeita a variações de quantidade quer as grandes produções, quer as pequenas produção.

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais mostram-se como novas formas de agregação social, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece no nosso entendimento de que se trata de organizações voluntárias, surgindo, portanto, da vontade e da decisão

de um grupo ou de um segmento de classe, com objectivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade. Nessas associações, percebemos que o associativismo se apresenta como responsável pelo desenvolvimento local e social, e como construtor de vínculos sociais e identidade colectiva diante da crise do mundo do trabalho, que também é a crise social, uma crise dos vínculos sociais, (Leolello (2010).

As associações dos agricultores, constituem uma grande importância no que diz respeito a produção agrícola face ao desenvolvimento comunitário. Enfatizando então, a questão da participação que a abordagem social nos traz como uma estratégia de desenvolvimento. Portanto, as associações dos agricultores têm o papel de integrar indivíduos com conhecimentos locais na associação, participando colectivamente na produção agrícola e implementação de projectos de desenvolvimento comunitário, (Soares, 2010).

Um aspecto importante a levar em consideração é a ideia de que no desenvolvimento comunitário existem dois objectivos que são contraditórios, ao menos aparentemente; por um lado, o apelo à iniciativa local e a convergência de esforços para a solução dos problemas de colectividade e, por outro, a integração dos projectos locais na perspectiva regional nacional. Na primeira etapa, olha-se à situação concreta tal como ela se apresenta. O fim de todos os esforços, nesta primeira fase do plano, não é outro senão tornar as pessoas da colectividade capazes de confiarem em si mesmas e de se reconhecerem aptas para empreenderem uma acção comum eficaz em ordem a melhorar a sua situação. Isto pode conseguir-se, empenhando, desde logo, a população na realização de algum projecto comunitário simples e de utilidade sentida pela colectividade. Na segunda fase são obtidos os primeiros resultados de um projecto de melhoria local que começará a preparar a população para entender a necessidade de enquadramento dos seus problemas em perspectiva mais amplas do que a da sua própria colectividade (Silva, 1963).

1.3. O associativismo enquanto meio de aquisição de recursos económicos

Neste ponto, defende-se a tese de que o associativismo é uma forma estratégica eficaz de fortalecimento económico e social em comunidades locais, através da cooperação e mobilização de recursos, promovendo a sustentabilidade e o empoderamento. Nesta perspectiva, encontramos os seguintes autores: (Da Silveira et al. s/d; Silveira, 1992; Rocha et al., 2018; FAO, 2015; Libombo, Elizaiario e Ferrante, s/d e Machaieie, 2022).

A cooperação entre os pequenos agricultores constitui-se, assim, numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos e uma perspectiva real de desenvolvimento para a região. Por outro lado, essas organizações de base, legalizadas ou não, são consideradas o melhor sistema para garantir continuidade de trabalho organizativo autónomo nas comunidades rurais. Constatase um significativo crescimento e aprimoramento alcançado pelas formas associativas, a ponto de ser impossível ignorar a importância das mesmas, tanto pela melhoria das condições financeiras quanto pelo número de pessoas envolvidas em suas acções, nas estratégias de promoção do desenvolvimento rural para a região. Esses tipos de organizações precisam ser melhor compreendidos, tanto pelos técnicos quanto pelos órgãos (governamentais ou não) para que consigam qualificar suas acções na promoção do desenvolvimento rural, (Da Silveira et al., s/d).

Este factor torna-se fundamental, pois o aumento do número das Associações sinaliza como uma resposta a uma conjuntura, constituindo demandas específicas do Desenvolvimento agrícola. Entre as diversas estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores nos últimos anos na região, a formação de associações tem se constituído na forma mais abrangente das tentativas de atenuar e responder aos sucessivos problemas causados por um conjunto de políticas que tendem a marginalizá-los do circuito produtivo e económico. As associações são um meio para racionalizar os altos custos e as exigências de escala da tecnologia moderna. Podem, inclusive, graças a sua racionalidade própria, tornar viáveis certos meios de produção simplesmente porque possibilitam, indirectamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponível nas famílias, (Da Silveira et al., s/d).

Essas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação que se destinam explicitamente a superar a marginalidade em vários planos (técnico, económico, político, social, etc.). Na verdade, as associações de agricultores têm se constituído em uma forma de resistência ao processo de produção cada vez mais competitivo e selectivo (Silveira, 1992).

Busca-se, assim, transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e económicas, especialmente nas esferas da comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente), da prestação de serviços, etc. De uma

maneira geral, pode-se dizer que as associações de agricultores têm como finalidade enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionado à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem económica, e refere-se à busca de formas de cooperação que se constituam em formas alternativas minimizadoras do processo de exclusão, (Da Silveira et al., s/d).

As experiências demonstram que a superação da marginalidade económica é alcançada, basicamente, através de medidas que possibilitem a obtenção de escala no nível produtivo, no processo de comercialização dos insumos e dos produtos agrícolas, ou do incremento técnico (tanto pelo barateamento de insumos quanto pela mecanização colectiva, por exemplo) ou ainda através do processamento próprio das matérias-primas agrícolas. Esse tipo de organização possibilita aos pequenos agricultores uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e económicos capitalistas, (ibidem).

Na perspectiva de Rocha et al. (2018), concordando com os autores supracitados, o associativismo rural surge como uma oportunidade de renda para as mulheres do campo, como apontaram os resultados da pesquisa. Um grupo de mulheres que encontrou uma forma de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em cursos oferecidos por um Grupo feminino de uma cooperativa da região, o que demonstra que as mesmas já estavam inseridas em ambiente associativo, portanto não era uma total novidade para elas.

Segundo a FAO (2015), a dificuldade de acesso ao crédito e aos mercados, a fraca utilização de insumos melhorados, o predomínio da agricultura de sequeiro e a elevada dependência da importação de produtos alimentares, fazem da agricultura um sector muito vulnerável. A produtividade das culturas tem-se mantido baixa por causa da fraca opção de tecnologias modernas.

O motivo de adesão para todos os membros é o mesmo, apesar do número maior ser das mulheres por sua situação de vulnerabilidade, procurar suprimir dificuldades que enfermem os camponeses tais como: a fome, assegurar um terreno fértil para prática de agricultura e falta de meios para compra de insumos, uma vez participando numa organização como esta, tem um apoio de uma organização Brasileira (IPERMO) e Acidovoça-Mozal que actuam na região dando ajuda a todas associações agrícolas que

trabalham no distrito. Os camponeses, ao aderirem à associação, é uma forma encontrada por parte deles para poderem garantir acesso à parcela de terra nos lugares ideais para prática de agricultura, assim como imposição e condicionalismo das organizações não governamentais que actuam na região para se beneficiar da ajuda, (Libombo, Elizaiario e Ferrante, s/d).

1.4. Problema de pesquisa e Pergunta de Partida

Ao trazer o problema deste estudo, importa referir que nas últimas décadas, Moçambique tem assistido ao fortalecimento do associativismo agrícola como uma estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento comunitário e a redução das desigualdades sociais. No entanto, a realidade social dos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, traz-nos a ideia de existirem contradições profundas entre as liberdades formais, garantidas pelo discurso do desenvolvimento e as liberdades que reflectem aquilo é a realidade local, efectivamente vivida pelos membros dessa associação.

Desta forma, mesmo que o associativismo defenda a união e o trabalho em grupo para o bem comum, os agricultores da Associação Armando Guebuza ainda enfrentam maiores dificuldades no exercício das suas actividades como: falta de apoio de recursos, sem deixar de olhar para as mudanças climáticas, que também afectam directamente a produtividade, o desvio de fundos e a má gestão na associação, que na verdade prejudicam a confiança interna e reduzem o acesso equitativo aos apoios externos assim como á oportunidades que impedem que eles consigam realmente melhorar suas vidas e se tornem economicamente independentes dentro da associação.

Diante disso, emerge a seguinte **pergunta de partida**: *De que forma os desafios internos da associação afectam o exercício as liberdades individuais dos agricultores?*

H1: Os desafios internos da associação influenciam de diferentes formas o modo como os agricultores percebem e exercem as suas liberdades individuais dentro da associação.

CAPITULO-II QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

2.1. Quadro teórico

2.1.1. Teoria de Desenvolvimento como liberdade

Nesta secção, centrar-nos-emos na teoria de Desenvolvimento como Liberdade do filósofo e economista Amartya Sen que vê o desenvolvimento como a ampliação das liberdades individuais. Amartya Sen propõe uma teoria do desenvolvimento que vai além da simples medição do crescimento económico, como o aumento do PIB ou da renda per capita, para focar na expansão das liberdades individuais. Em seu pensamento, o verdadeiro desenvolvimento está intimamente ligado ao aumento das capacidades humanas de escolher, agir e viver uma vida que seja valorizada pelos próprios indivíduos. O desenvolvimento económico não deve ser visto apenas como um crescimento quantitativo, mas como um processo qualitativo de expansão das liberdades que os cidadãos possuem para moldar suas vidas, (Sen, 1999).

O autor argumenta que a principal contribuição de um país para o desenvolvimento de sua população não está apenas no aumento da riqueza, mas na criação de oportunidades reais para os indivíduos exercerem suas liberdades de maneira significativa, como escolher sua educação, participar da vida política, ter acesso à saúde e a uma alimentação adequada, entre outras condições essenciais para uma vida digna. Ele destaca que, embora o crescimento económico e o aumento de rendas sejam aspectos importantes, eles não são fins em si mesmos, mas sim meios para expandir as possibilidades de escolha e promover o bem-estar humano, (Sen, 2000).

No núcleo da teoria estão os conceitos de capacidades e funcionamentos. Os funcionamentos referem-se às actividades ou estados de existência que são valorizados pelos indivíduos, como estar bem alimentado, saudável, educado e participar activamente da vida comunitária. Já as capacidades dizem respeito às oportunidades que os indivíduos têm de realizar esses funcionamentos, ou seja, à liberdade de escolher entre várias alternativas para viver a vida que desejam, (Sen, 2000). O desenvolvimento não se limita ao aumento da riqueza, mas à ampliação das capacidades das pessoas, ou

seja, à criação de condições que possibilitem a cada indivíduo escolher e alcançar aquilo que considera valioso em sua vida.

A liberdade é tanto o meio, quanto o fim do desenvolvimento. Ela possui dois papéis fundamentais: um papel constitutivo, no qual a liberdade substantiva tem a função de eliminar privações que limitam as escolhas, como a fome, a doença, a falta de educação e a morte prematura; e um papel instrumental, no qual diferentes liberdades ajudam a ampliar as capacidades das pessoas, criando condições para uma vida mais livre e mais digna, (Sen, 2000).

As liberdades instrumentais são vistas como aquelas que proporcionam os meios para que os indivíduos alcancem sua liberdade substantiva. Sen identifica cinco tipos essenciais de liberdades instrumentais para o desenvolvimento: liberdades políticas, facilidades económicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protectora, (Sen, 2000). Essas liberdades, quando asseguradas pelo Estado e pela sociedade, criam um ambiente em que as pessoas podem tomar decisões informadas, acessar recursos e participar plenamente da vida pública e social.

Sen (2000) destaca que a participação activa dos indivíduos é essencial para o desenvolvimento. O autor critica uma visão de desenvolvimento que vê os cidadãos apenas como beneficiários passivos de políticas públicas, e enfatiza a importância de tratá-los como agentes activos na construção de suas próprias vidas. Para que isso aconteça, é necessário que o Estado garanta políticas públicas que ofereçam condições para a expansão das capacidades das pessoas, como a garantia de educação básica, saúde de qualidade, segurança social e um ambiente político livre e democrático.

Nesse sentido, o papel do Estado não é apenas fornecer bens e serviços, mas criar as condições necessárias para que os indivíduos possam moldar seu destino de maneira autónoma e com dignidade. Além disso, o autor sugere que o desenvolvimento não é apenas uma questão de crescimento económico, mas também de promover a liberdade substantiva das pessoas, permitindo-lhes viver de acordo com suas próprias escolhas e valores. Isso implica em superar desigualdades estruturais e garantir que todos tenham acesso às oportunidades necessárias para uma vida digna, como educação de qualidade, saúde, alimentação e um ambiente seguro. O aumento da renda e a expansão da produção podem ser vistos como meios para alcançar essas liberdades, mas o verdadeiro

objectivo do desenvolvimento é permitir que os indivíduos vivam melhor e sejam mais livres (Sen, 2000).

A teoria de Desenvolvimento de Amartya Sen, aplicada às associações comunitárias, sugere que o desenvolvimento deve ser centrado nas capacidades e liberdades dos membros das organizações, com objectivo de fortalecer a sua autonomia e aumentar sua capacidade de enfrentar desafios financeiros e institucionais de maneira sustentável e adoptada as suas realidades. Esse enfoque pode ser particularmente útil para analisar como as associações podem se tornar mais independentes, empoderadas e eficazes a longo prazo, criando soluções internas para suas dificuldades e promovendo o bem-estar colectivo.

2.1.2. Teoria da Estruturação de Anthony Giddens

A Teoria da Estruturação, proposta por Anthony Giddens (1984), busca compreender a relação entre a acção individual e as estruturas sociais, propondo uma superação do dualismo entre objectivismo e subjectivismo presente nas ciências sociais. Para Giddens, a estrutura não é algo externo e fixo que determina o comportamento humano, nem a acção é totalmente livre e desvinculada do contexto social.

Por outra, o autor argumenta que estrutura e acção são mutuamente dependentes, num processo chamado de “dupla estrutura. A estrutura é composta por regras e recursos que orientam e limitam as práticas sociais, mas que também são reproduzidas e transformadas por meio da acção dos indivíduos. Assim, as práticas sociais quotidianas tornam-se o ponto central da análise sociológica, pois é nelas que a sociedade é continuamente construída e reconstruída. Essa interdependência é o que Giddens chama de “dupla hermenêutica”, pois os atores interpretam e recriam as estruturas à medida que agem nelas (Giddens, 1984).

De acordo com Giddens (1984), o conceito de “agência” é fundamental na teoria. Ele representa a capacidade dos indivíduos de agir conscientemente, de reflectir sobre suas acções e de influenciar o mundo à sua volta. Embora as acções ocorram dentro de contextos estruturais, os indivíduos possuem poder para transformá-los, o que faz da estruturação um processo dinâmico e contínuo. Assim, a teoria de Giddens traz-nos uma visão equilibrada entre a determinação social e a liberdade humana, destacando que a sociedade é tanto o meio quanto o resultado.

Em suma, a integração dessas duas teorias possibilita-nos a fazer uma análise mais ampla sobre a construção e reconstrução das liberdades individuais dos agricultores, enquanto Sen explica por que o desenvolvimento deve estar centrado nas liberdades humanas, Giddens explica como essas liberdades são exercidas e reconstruídas na realidade social.

2.2. Quadro conceptual

Nesta secção, iremos dar continuidade e trazer a definição dos conceitos aqui empregados e que serão usados durante o trabalho de pesquisa. No campo da sociologia, de acordo com Macamo (2004), os sociólogos apreendem a realidade discursivamente através dos conceitos. E, os conceitos usados neste estudo são: Participação comunitária, associativismo agrícola, desenvolvimento comunitário e Liberdade.

2.2.1. Participação

Para Pombal (2021), não existe nenhuma definição acabada e consensual do termo participação, daí que a palavra participação é usada em diferentes contextos e com significados distintos. Não é nossa intenção neste trabalho esgotar e nem aprofundar o debate teórico conceitual da participação, mas sim apresentar alguns elementos que julgamos essenciais para a operacionalização do nosso trabalho de pesquisa.

De acordo com Cornely (1978), participação significa estar presente activamente no designar e no escolher alternativas, caminhos e em ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa, bem como combiná-las. Ela gera a possibilidade de superação da injustiça social.

Para Mammo (1999), a participação é uma estratégia de desenvolvimento, incorporação e uso de conhecimentos locais prevaletentes num país, para transformar a população local do passivo recipientes para produtores activos.

Em suma, a participação é entendida como o caminho para o desenvolvimento local, principalmente por parte das associações dos agricultores que unem indivíduos para o alcance de um objectivo comum, atendendo e considerando também que é fundamental para tomada de decisões na instituição na qual encontra-se inserido.

2.2.2. Associativismo agrícola

De acordo com Homero (1988), o associativismo agrícola constitui um processo de organização humana que visa contribuir para melhorar as condições de vida da comunidade em que se institucionalizam. Portanto, em países, tecnologicamente, menos evoluídos como é o caso de Moçambique, as associações têm surgido, sobretudo, pela vontade do governo e que neles tem encontrado uma das formas mais válidas para apoiar e dinamizar a política de desenvolvimento que pretendem levar a cabo.

Nathapa e Bata (2019) mostram que estudos realizados sobre associativismo agrícola têm demonstrado que a maior parte das associações agrícolas em nível local, embora criadas para resolver os problemas dos seus membros e da comunidade, apresentam-se ainda com um funcionamento deficiente. Tal decorre de vários factores, dos quais a falta de sustentabilidade, bem como por estorvos de ordem climática, como por exemplo, a pluviosidade, a humidade do solo, a falta de infraestrutura, transporte para o escoamento da produção aos mercados locais e, por último, a falta de gestores e de políticas públicas actuates.

Para Geminiani (2009), O associativismo e cooperativismo quando integrados com assistência técnica e extensão rural constituem importantes mecanismos de fortalecimento da pequena propriedade, contribuindo para o acesso igualitário as tecnologias empregadas no sector, bem como, a distribuição equitativa dos recursos financeiros. Assim, percebe-se então que a associação dos agricultores tem o papel fundamental no processo de produção agrícola e implementação de projectos face ao desenvolvimento comunitário.

2.2.3. Liberdade

A concepção de liberdade em Kant está profundamente relacionada com sua ética, especialmente no que se refere à autonomia moral. Para Kant, a verdadeira liberdade não é simplesmente a ausência de restrições externas, mas a capacidade de se autodeterminar, ou seja, de agir conforme leis que a razão impõe a nós mesmos. Essa autodeterminação é expressa no “imperativo categórico”, princípio central de sua ética, que exige que cada acção seja realizada de maneira que possa ser universalizada, ou seja, que seja uma acção que todos possam adoptar sem contradição, (1988). Kant esclarece que a liberdade é compatível com a moralidade, e a autonomia é o cerne dessa liberdade. Ele argumenta que a liberdade não é a mera indeterminação ou escolha

aleatória, mas a capacidade de agir conforme a razão, respeitando as leis morais universais, (ibidem).

Hegel (2002) concebe a liberdade como o reconhecimento do indivíduo como parte de uma totalidade, onde ele encontra sua liberdade na realização da sua vontade dentro das estruturas sociais, como a família, a sociedade civil e o Estado. O Estado, para Hegel, é a forma suprema da liberdade, pois é através dele que a razão objectiva se realiza, permitindo que o indivíduo se reconheça como parte de um todo racional. Assim, a liberdade em Hegel está relacionada ao reconhecimento mútuo entre os indivíduos e à participação nas instituições sociais que representam a racionalidade histórica. Para ele, a liberdade se dá no momento em que os indivíduos reconhecem que sua autonomia está, na verdade, imersa no colectivo, em um processo dialéctico de desenvolvimento histórico (ibidem).

Os autores têm concepções diferentes de liberdade. Para Kant (1988), a liberdade é uma questão interna e moral, em que o indivíduo é livre quando age de acordo com sua razão e com a moral universal, independentemente da sociedade. Já para Hegel (2002), a verdadeira liberdade é alcançada quando o indivíduo se reconhece e se integra nas instituições sociais e políticas, especialmente no Estado, onde a liberdade é realizada em um contexto colectivo e histórico. Ambos valorizam a razão, mas enquanto Kant vê a liberdade como autonomia moral e individual, Hegel a vê como o reconhecimento e participação no processo histórico e social. Em resumo, a liberdade para Kant é interna e pessoal, enquanto para Hegel é relacional e social.

2.3. Modelo de análise

Para Quivy e Campahoudt (1998), modelo de análise é a articulação de conceitos e hipóteses em forma operacional dos marcos e pistas que são retiradas da problemática, e que ajudam na orientação do pesquisador no trabalho de observação e de análise. Com isso, a operacionalização e o modelo de análise projectado para o trabalho é a seguinte:

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Participação	Social	- Inclusão voluntaria de todos os agricultores - Diversidade nas lideranças comunitárias - Apoio mútuo entre os membros da associação
Associativismo agrícola	Organizacional	- Capacidade de mobilização de recursos financeiros - Parcerias com outras associações e instituições do estado - Benefícios sociais para os membros.
Liberdade	Individual	- Acesso as informações sobre as práticas agrícolas - Escolha dos produtos a produzir, como negociar e a quem vender - Capacidade de decidir sobre quais parcelas de terra utilizar. - Acesso a saúde, educação, aumento da renda (Melhores condições de vida). - Poder de decisão.

CAPITULOIII. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Nesta secção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adoptados para a colecta e análise dos dados obtidos em campo, levando em consideração os aspectos éticos e os desafios enfrentados durante o processo de pesquisa.

3.1. Método de Abordagem

A pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa. De acordo com Trivinos (1987), a pesquisa qualitativa prioriza os aspectos subjectivos dos indivíduos envolvidos, como suas percepções e a maneira como compreendem o contexto cultural em que estão inseridos. A pesquisa busca, dessa forma, entender a relevância dos fenómenos pelos significados que eles possuem para os participantes. No caso do nosso estudo, esse método visa compreender detalhadamente as experiências e práticas dos agricultores em relação aos desafios que enfrentam e as estratégias que utilizam para superá-los. Esta abordagem foi especialmente adequada para este tipo de pesquisa, pois se concentra na exploração dos aspectos subjectivos, contextuais e sociais do fenómeno em questão, sem a necessidade de quantificar as respostas ou generalizar os resultados para toda a população.

3.2. Método de Procedimento

No que tange ao método de procedimento, optou-se pelo monográfico, que segundo Gil (1989), esse método busca o aprofundamento de um determinado assunto, procurando obter o maior número possível de informações para entender os factos sociais. Ou seja, trata-se de estudar de forma detalhada indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades específicas, com o objectivo de gerar generalizações. A escolha desse método está vinculada ao facto de pretender entender as dinâmicas da associação dos agricultores e os desafios enfrentados em seu quotidiano.

3.3. População e Amostra

A população de estudo é o conjunto de indivíduos que compartilham características comuns. Conforme Richardson (2008), a amostra é seleccionada com base em um

critério ou plano, que visa estimar as características dessa população. A amostra, por sua vez, é composta por um subgrupo da população (Filho, s/d). No caso desta pesquisa, a população foi composta por 31 agricultores pertencentes à Associação Agrícola Armando Emílio Guebuza, no Bairro Romão. A nossa amostra foi constituída por 10 agricultores, seleccionados por amostragem não probabilística intencional.

3.3.1. Critérios de Inclusão

Para a inclusão na amostra, os indivíduos devem atender aos seguintes critérios:

- Ser membro da Associação Agrícola Armando Emílio Guebuza;
- Estar na faixa etária dos 18 aos 89 anos;
- Ter participado de algum processo de produção agrícola dentro da associação.

3.4. Técnica de Amostragem

A técnica de amostragem adoptada neste estudo foi a amostragem não probabilística, em que os indivíduos são seleccionados com base em objectivos específicos da pesquisa (Richardson, 2008). Pois essa técnica consiste num tipo de amostragem em que a escolha dos elementos da amostra não depende do acaso, mas sim do juízo, conveniência ou critérios do pesquisador. Nesse tipo de amostragem, nem todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem escolhidos, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados. Optou-se pela amostragem intencional que, segundo o autor, é baseada no conhecimento prévio sobre a população e nos objectivos do estudo. Nesse tipo de amostragem, o pesquisador escolhe os elementos que têm as características necessárias para responder aos objectivos do estudo, garantindo assim que as informações obtidas sejam as mais relevantes. Essa abordagem é adequada para este estudo, pois permitiu seleccionar agricultores que façam parte da associação e tenham conhecimento da realidade vivida dentro da mesma, possibilitando uma colecta de dados mais rica e detalhada.

3.5. Técnica de Colecta de Dados

a) Entrevista Semi-Estruturada

A técnica escolhida para a colecta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Esse tipo de entrevista permite um contacto directo entre o pesquisador e os entrevistados, facilitando a colecta de informações sobre ideias, pensamentos e experiências subjectivas relacionadas ao tema da pesquisa, mesmo que as perguntas sejam

previamente estruturadas. De acordo com Trivinos (2006), esse formato possibilita que o entrevistado participe activamente da construção da pesquisa, seguindo sua linha de pensamento e relatando suas experiências de forma espontânea. A escolha dessa técnica justificou-se pela sua capacidade de aprofundar os temas abordados, permitindo ao entrevistador maior liberdade para explorar detalhes e nuances. Para iniciar a colecta de dados, o pesquisador entrou em contacto com as representantes da Associação Agrícola Armando Emílio Guebuza, que ajudaram a viabilizar os encontros com os agricultores, de acordo com a disponibilidade dos mesmos.

b) Grupo Focal

Outra técnica utilizada foi o grupo focal, que, conforme Gil (2008), envolve a reunião de grupos de 6 a 12 participantes, com duração entre 2 e 3 horas. A reunião será conduzida pelo pesquisador, actuando como moderador, ou por uma equipe composta por vários moderadores e assistentes de pesquisa. O moderador inicia a reunião apresentando os objectivos da pesquisa e as regras de participação. O tópico da pesquisa é introduzido com uma questão ampla, sendo progressivamente detalhado conforme as respostas dos participantes. A técnica do grupo focal foi especialmente útil para identificar consensos e divergências nas estratégias adoptadas pelos membros de uma associação, além de facilitar a compreensão de como os indivíduos percebem as dinâmicas internas e as barreiras institucionais enfrentadas.

Os dados foram colhidos na Associação Armando Emílio Guebuza de forma presencial, em que numa primeira fase, após a confirmação da participação voluntária, as entrevistas foram gravadas e transcritas para a análise, e por fim, os áudios foram destruídos com vista a preservar que caíssem em domínio alheio.

3.6. Técnica de Análise de Dados

A análise de dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que, segundo Chizzotti (2006:98), citada por Grzybovski e Mozzato (2011), tem como objectivo compreender criticamente o conteúdo das comunicações, sejam estas explícitas ou latentes. A análise de conteúdo permite interpretar os significados por trás das mensagens colectadas, identificando padrões e categorias que emergem dos dados. Bardin (1979:32), citado por Richardson (2008:225), afirma que “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a análise de conteúdo”. No contexto desta

pesquisa, essa técnica foi aplicada às transcrições das entrevistas e das discussões dos grupos focais, organizando os dados em categorias e temas recorrentes. Esse processo ajudou a entender as estratégias adoptadas pelos agricultores e a forma como eles enfrentam os desafios que surgem em seu trabalho diário. Essa técnica foi usada para analisar os depoimentos tecidos durante a entrevista, deste modo, através das falas obtidas por meio de gravação por áudio, que posteriormente foram transcritas e categorizadas e analisadas, para melhor compreender os processos de construção das liberdades individuais dos agricultores.

3.7. Questões Éticas

A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos para garantir o direito à privacidade e o respeito pelos participantes. Em primeiro lugar, foi elaborado um termo de *consentimento livre* e esclarecido, no qual os participantes foram informados sobre o tema da pesquisa, seus objectivos e a finalidade do estudo, para garantir que estivessem cientes do propósito da colecta de dados.

Além disso, foi respeitado o princípio do *voluntarismo*, ou seja, somente aqueles que se sentiram à vontade para participar tiveram a sua inclusão na pesquisa. Também foi garantido o *anonimato* dos participantes, de modo que não foram feitas perguntas relacionadas aos seus nomes ou informações pessoais, protegendo assim sua identidade. Por fim, foi assegurado o princípio da *confidencialidade*, pois as informações colectadas foram utilizadas exclusivamente pela pesquisadora, não sendo divulgadas a terceiros.

3.8. Constrangimentos e formas de superação

No acto da recolha de dados, como dificuldades tivemos a indisponibilidade dos participantes de se fazerem presentes no primeiro dia da entrevista, porém, posteriormente foi remarcada e realizada. Durante a entrevista, os agricultores perguntavam o que eles ganhariam de forma material com a pesquisa, pois estivemos tomando o seu tempo de trabalho e não seria rentável para eles. Após a explicação da finalidade da pesquisa, os agricultores se convenceram de que se tratava de uma pesquisa académica, com o objectivo de conseguir um grau de formação.

Outra dificuldade estava ligada a linguagem usada por nós, pois, mesmo que tivéssemos noções da língua changana, existiam contextos em que a compreensão da nossa parte era limitada e foi necessária a ajuda de terceiros para ajudar na tradução.

CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste ponto serão apontados e analisados os dados colhidos em campo como objectivo de compreender como os agricultores vivem a liberdade individual, ainda que sejam membros de uma associação. Deste modo, relacionaremos os dados obtidos com a teoria proposta, com os conceitos definidos e, não menos importante, com a literatura analisada.

Este capítulo encontra-se dividido em perfil sócio-demográfico, seguido dos desafios operacionais enfrentados pelos membros da Associação dos Agricultores no processo de produção, que está subdividida em mudanças climáticas; desvio de fundos e falta de meios: barreiras à produção sustentável; acesso a financiamento: o caminho travado pelo crédito. De seguida, Processo de produção e reprodução das liberdades individuais dos agricultores frente aos desafios operacionais, dividida em ajuda de empresas: parcerias que fazem a diferença; fortalecimento de redes de apoio; marcação de preços individuais.

E por fim, o Exercício das liberdades individuais e desenvolvimento dos membros da associação, repartida em liberdade de escolha: fortalecendo redes, ampliando possibilidades, novos interesses, novas práticas: o campo em transformação; plantações diversificadas: autonomia e resiliência na produção; participação inclusiva: todos com voz e vez.

O estudo trouxe-nos como relevância, informações ou dados que nos ajudaram a compreender de certa forma a realidade social dos agricultores da associação Armando Emílio Guebuza, o contexto em que eles constroem e exercem as suas liberdades individuais dentro de desafios vivenciados na associação e, essa reflexão é fundamental para compreender e reconhecer o papel dos agricultores como agentes activos no processo de transformação e mudanças e não apenas como beneficiários passivos das políticas públicas. Mas, do ponto de vista pratico, o estudo traz realidades que podem subsidiar a criação ou formulação de políticas públicas mais inclusivas e equitativas, orientadas à melhoria das condições de vida dos agricultores.

4.1. Perfil Sócio-demográfico

O perfil sócio-demográfico visa descrever os entrevistados do estudo, concretamente os agricultores. Onde se terão em conta as variáveis: sexo, idade, nível académico, religião e profissão.

CATEGORIAS				
Total – 10 entrevistados				
Sexo		Idade		
3 Homens	7 Mulheres	Mínima – 41 anos	Máxima 89 anos	
Nível Académico				
Quatro (4) – nível primário	Quatro (4) – nível secundário	Uma (1) – nível superior	Um (1) – nível técnico	
Igrejas Frequentadas				
Três (3) – Assembleia de Deus	Três (3) – Igreja Velha Apostólica	Duas (2) – Igreja Católica	Uma (1) – Igreja Evangélica	Um (1) – Igreja Zione
Ocupação dos Entrevistados				
Dez (10) Agricultores				

Os entrevistados são todos agricultores, sendo a maior parte deles do sexo feminino, tendo como o nível escolar mais baixo, o ensino primário, e o ensino superior é o mais alto, transparecendo que a maioria dos agricultores entrevistados, termina o ciclo escolar no nível primário e secundário.

Frequentam cinco (5) igrejas diferentes, sendo as igrejas Velha Apostólica e Assembleia de Deus, as que mais se destacam. Tem mais mulheres do que homens e os membros

são todos adultos e idosos, casados maritalmente ou no civil e praticam única e exclusivamente a agricultura.

4.2. Desafios operacionais enfrentados pelos membros da Associação dos Agricultores no processo de produção

Neste ponto, apresentar-se-ão os desafios enfrentados pelos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, no processo de produção. Deste modo, foram verificados três principais desafios para o processo de produção, dentre os quais, as mudanças climáticas; desvio de fundos e falta de meios e produção; acesso ao financiamento. Neste contexto, os desafios enfrentados pelos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza demonstram contradições entre as liberdades formais e as liberdades reais, de acordo com Amartya Sen (1999), o verdadeiro desenvolvimento é aquele que amplia as liberdades individuais dos próprios indivíduos, isto é, a capacidade de agir segundo valores próprios e alcançar a vida que valorizam. No entanto, as condições estruturais que envolvem os agricultores mostram que essas liberdades ainda são condicionadas.

4.2.1. Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas nesse contexto foram compreendidas por parte dos entrevistados como cheias e calor, o que dificulta o processo de produção. As mudanças climáticas representam um dos principais desafios enfrentados pelos membros da Associação dos Agricultores, afectando directamente a produtividade, a previsibilidade das colheitas e a segurança alimentar. O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, chuvas intensas e temperaturas elevadas, compromete a capacidade dos agricultores de planejar e garantir a estabilidade da produção.

Esse ponto de análise, entra em divergência com o estudo de Manhiça (2015), onde alegou que, as associações que se dedicam à produção agrícola, enfrentam diversos constrangimentos ligados à usurpação de terras, falta de chuvas da qual depende a produção da maior parte das associações e falta de mercado para seus produtos em épocas de colheita.

A forma como temos trabalhado é de calor as coisas também foram com as cheias, não temos sementes para plantarmos para podermos trabalhar não há condição de trabalho aqui na associação. Este ano

ainda não fizemos nada para podermos ultrapassar esta fase mesmo aqui onde estamos sentados quando temos sementes plantamos tudo isso,
(Arminda, 46 anos).

Nós estamos a enfrentar problemas de cheias por conta de condomínios que um empresário construiu aonde passava a água para a praia aqui não enchia de água, (Marta, 60 anos).

Os desafios de enfrentados dos tem a ver com o produzir e não sair nada por conta das cheias tem um empresário chamado Flamingo que comprou o nosso espaço de associação e fechou. As valas que transportavam as águas até a praia por essa razão temos sofrido muito com as cheias, às vezes que procuramos remédios e não encontramos,
(Felismina, 89 anos).

As mudanças climáticas impactam significativamente as capacidades dos agricultores, restringindo suas liberdades reais e comprometendo seu bem-estar, conforme argumenta Sen em sua teoria das capacidades. Segundo Sen (1999), o desenvolvimento deve ser medido pela expansão das liberdades das pessoas para realizarem aquilo que valorizam, e não apenas pelo crescimento económico. No entanto, a imprevisibilidade climática, com eventos extremos como calor intenso e enchentes, reduz a produtividade agrícola e a segurança alimentar, limitando a autonomia dos agricultores e aumentando sua vulnerabilidade económica (IPCC, 2021).

Deste modo, coloca em causa o conceito de liberdade, pois os efeitos climáticos limitam a capacidade de produção dos agricultores e consequentemente a produtividade e promovendo a longo prazo a dependência ou abandono destas actividades por falta de meios económicos para produzir e garantir a sustentabilidade, tanto financeira quanto ambiental, tendo em conta o tipo de agricultura praticada e os alimentos produzidos.

Além disso, os impactos não são distribuídos de forma equitativa, pois agricultores com menos acesso a tecnologias adaptativas, como irrigação eficiente e sementes resistentes, enfrentam maiores dificuldades, aprofundando desigualdades socioeconómicas (FAO, 2022). Essa desigualdade restringe a oportunidades de desenvolvimento e perpetua ciclos de pobreza, uma vez que a perda de renda também reduz o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, elementos fundamentais para a expansão das capacidades individuais (Sen, 1981).

Assim, políticas públicas que fortaleçam a resiliência climática, como investimentos em infraestrutura agrícola sustentável, disseminação de práticas agroecológicas e redes de protecção social, são fundamentais para mitigar esses efeitos e garantir um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (Banco Mundial, 2023).

As mudanças climáticas foram compreendidas pelos entrevistados como uma das maiores restrições à sua liberdade de produzir e decidir sobre os meios de sobrevivência. Como argumenta Sen (2000), a liberdade deve incluir a capacidade de escolher e realizar actividades essenciais, como o acesso à alimentação, à renda e à segurança. Entretanto, as cheias, a irregularidade das chuvas e o calor intenso limitam as possibilidades de produção e reduzem a autonomia dos agricultores, gerando então uma privação de capacidades básicas.

4.2.2. Desvio de Fundos e Falta de Meios: Barreiras à Produção Sustentável

Neste segundo subtítulo, após o anúncio das mudanças climáticas como sendo um dos desafios operacionais enfrentados pelos agricultores, foi anexo também que o desvio de fundo e a falta de meios de produção configuram-se como sendo constrangimentos para o início do processo produtivo dentro da Associação Armando Emílio Guebuza. Em depoimento:

A nossa Associação precisa de uma reconstrução existem as associações onde a organização ajuda na forma como vamos trabalhar em apoio de tudo equipamento quando o governo quer trazer apoio para nós gostaríamos que entregasse directamente a nós e não à direcção porque as coisas não chegam como elas vieram de lá. Mas aqui na Associação precisamos de muito apoio de Botas enxachadas remédios e sementes para podermos produzir, todas as manhãs nas quartas-feiras temos tido reuniões, os membros da associação tiram as suas ideias nos dias de reuniões, mas parece que as nossas ideias e nossos planos não são ouvidos pelos nossos responsáveis. Aqui na nossa Associação Armando Emílio Guebuza quando recebemos apoio de fora a momentos em que as coisas não chegam para nós os responsáveis fazem a distribuição entre eles e quando restam sementes, a nós, dão sementes que já estão fora do prazo, (Felismina, 89 anos)

O desvio de fundos e a falta de meios de produção afectam directamente a capacidade dos agricultores de desenvolverem seu potencial produtivo e, consequentemente, sua liberdade real para melhorar suas condições de vida. Quando recursos destinados ao sector agrícola são desviados por corrupção ou má gestão, ocorre uma restrição estrutural ao desenvolvimento, pois os agricultores não conseguem acessar os insumos e as infraestruturas necessárias para aumentar sua produtividade. A falta de meios de produção, como equipamentos agrícolas, sementes de qualidade e acesso a crédito, compromete sua autonomia económica e perpetua ciclos de pobreza e desigualdade (Sen, 2000).

Nós assim já não trabalhamos bem e outro problema é que quando colocamos nossas preocupações na direcção e depois vem apoio nós não somos distribuídos e as coisas da mesma forma enquanto precisamos de enxadas, adubos, botas muitas coisas que precisamos aqui dentro da nossa associação. Na associação sempre implementamos fórmulas de garantirmos a sustentabilidade. Quando é a época de cultivar e quando não é época de cultivar porque há momentos em que cultivarmos e as coisas não saem então temos sempre trabalhado para tentarmos manter todas as fases todas as épocas que vamos enfrentar dentro daquilo que diz respeitam a sustentabilidade e a produção aqui na associação, (Marta, 60 anos).

Associação temos muitas dificuldades que enfrentamos, temos falta de instrumentos para podermos trabalhar, não temos botas, regadores, e o outro problema que temos são por causa das cheias. Quando chega a época chuvosa, pior agora que nesse nosso espaço de trabalho, quando chove fica tudo isso cheio de água, venderam aquele espaço que usamos de passagem de água para a praia, a água já não passa, fica aqui mesmo e isso nos dificulta e limita a quantidade daquilo que queremos produzir. Nós temos produzido um pouco de tudo nesse pequeno espaço que deixaram para nós, isso para não ficarmos sem produzir (Anastácia, 44 anos).

Sen (2000) argumenta que a privação não se restringe apenas à falta de renda, mas também à ausência de condições institucionais que permitam a transformação de recursos em bem-estar. Assim, mesmo que um agricultor possua terra para cultivar, a

ausência de ferramentas adequadas e políticas de apoio eficientes restringe sua capacidade de transformar essa posse em segurança alimentar e estabilidade económica. Essa situação aprofunda desigualdades sociais, uma vez que aqueles que já estão em situação de vulnerabilidade são os mais afectados pela ineficiência da gestão da própria instituição.

Os principais desafios enfrentados no campo são a dificuldade de encontrar insumos (em boa quantidade e de boa qualidade) que ajudem a sustentar uma época agrícola inteira; a ligação com o revendedor por meio de intermediários, que em algumas situações mais dão prejuízos do que ajudam; o uso de meios e tecnologias rudimentares, que não estão adaptados às mudanças climáticas em geral e aos desastres naturais em particular; os processos burocráticos que caracterizam o financiamento às associações, assim sendo, o ciclo de produção fica dependente dos recursos disponíveis no momento, tentando se ajustar minimamente ao que foi planificado (Marta, 60 anos).

Ademais, Sen (2009), na sua obra *A Ideia de justiça*, fundamenta que um sistema injusto não é apenas aquele que gera desigualdades, mas aquele que impede que os indivíduos exerçam suas liberdades para melhorar suas próprias condições de vida. O desvio de fundos destinados ao sector agrícola representa exactamente esse tipo de injustiça estrutural, pois reduz as oportunidades dos agricultores de expandirem suas capacidades e reforça a dependência. Conforme apontado pelo Banco Mundial (2023), a corrupção na alocação de recursos públicos no sector agrícola reduz investimentos em inovação e sustentabilidade, agravando os impactos das mudanças climáticas e da insegurança alimentar.

Dessa forma, combater a corrupção e garantir uma distribuição equitativa dos recursos são medidas essenciais para promover o desenvolvimento como liberdade. Políticas públicas voltadas para a transparência na gestão dos fundos agrícolas, fortalecimento de cooperativas e acesso facilitado a crédito pode ampliar as oportunidades produtivas e reduzir a vulnerabilidade socioeconómica dos agricultores (FAO, 2022). Para Sen (1999), a justiça social exige não apenas a remoção de barreiras económicas, mas também a criação de condições que garantam a plena participação dos indivíduos no

desenvolvimento. Portanto, enfrentar o desvio de fundos e a falta de meios de produção não é apenas uma questão de eficiência económica, mas de justiça e garantia de direitos fundamentais.

Os depoimentos revelam que os apoios externos raramente chegam de forma equitativa aos membros da associação. Essa desigualdade interna evidencia o que Sen (1999) chama de falta de liberdades instrumentais aquelas condições políticas, económicas e institucionais que tornam possível o exercício de liberdades reais. Quando a corrupção ou má distribuição de recursos prevalece, os indivíduos perdem a capacidade de agir sobre suas próprias condições de vida, o que gera dependência e frustração por parte dos agricultores.

4.2.3. Acesso á Financiamento: O Caminho Travado pelo Crédito

A falta de recursos financeiros advindos de financiamentos externos ou créditos, mostra-se ser um entrave para o desenvolvimento agrícola de forma sustentável, limitando desse modo, a capacidade de diversidade produtiva dos agricultores desta instituição. Os agricultores apresentaram assim, a escassez de recursos e a falta de financiamento, como limitantes para o crescimento e desenvolvimento dos agricultores e da associação.

Em depoimento:

Como membro da associação, percebo que enfrentamos desafios como a escassez de financiamento e recursos, além das condições climáticas que podem ser imprevisíveis. Esses factores nos forçam a escolher culturas menos diversificadas e a dependermos de práticas tradicionais, limitando nossa capacidade de inovar, (Sandra, 41 anos).

Desafios operacionais que limitam as escolhas dos agricultores incluem a falta de recursos financeiros, que impede investimentos em tecnologia e insumos; a variabilidade climática, que pode afectar a produção; e a falta de acesso a mercados, que restringe as opções de venda. Esses factores limitam as decisões sobre o que cultivar, como cultivar e quando vender, tornando o processo de produção mais complexo e arriscado, (Virgínia, 52 anos).

Os depoimentos acima citados, entram em comunhão com a abordagem trazida pela FAO (2015), onde alega que a dificuldade de acesso ao crédito e aos mercados, a fraca utilização de insumos melhorados, o predomínio da agricultura de sequeiro e a elevada dependência da importação de produtos alimentares, fazem da agricultura um sector muito vulnerável. Desse modo, esses pontos tornam-se um condicionalismo para o exercício real da capacidade de acção para o alcance da liberdade por parte dos agricultores, no acto da sua produção.

O desenvolvimento deve ser pela expansão das liberdades reais dos indivíduos, ou seja, pela capacidade de eles fazerem escolhas significativas sobre suas próprias vidas (Sen, 1999). Quando aplicamos essa perspectiva ao contexto dos agricultores que enfrentam a escassez de financiamento, vemos que essa falta de recursos financeiros não se trata apenas de uma deficiência económica, mas também de uma restrição à liberdade dos indivíduos. A ausência de crédito, ou o acesso limitado ao financiamento, compromete a capacidade dos agricultores de expandirem suas actividades, inovarem ou até mesmo se manterem no mercado agrícola, o que restringe suas oportunidades e, consequentemente, suas liberdades.

A teoria de Sen também destaca as desigualdades estruturais que afectam as pessoas mais vulneráveis, que muitas vezes são excluídas dos processos de desenvolvimento devido à falta de acesso a recursos essenciais, como educação, terra ou redes de apoio financeiro. No caso dos agricultores, essas desigualdades podem ser visíveis em práticas discriminatórias nas instituições financeiras, que exigem garantias e documentos formais que muitos pequenos produtores não possuem. O autor enfatiza que, para que haja desenvolvimento genuíno, é necessário reverter essas desigualdades e criar condições que permitam a todos uma participação efectiva na economia (Sen, 1999).

Por fim, Sen (1999) defende que as instituições desempenham um papel crucial no desenvolvimento, já que são elas que moldam as condições de acesso aos recursos e oportunidades. A falta de financiamento não é apenas um problema do mercado financeiro, mas também uma falha institucional que precisa ser corrigida por meio de políticas públicas que promovam a inclusão e a justiça social. Assim, a solução para a escassez de financiamento deve não apenas focar em aumentar os recursos disponíveis, mas em ampliar as capacidades reais dos agricultores, oferecendo-lhes não só o acesso ao crédito, mas também a educação financeira e apoio técnico para que possam utilizar esses recursos de forma eficiente e sustentável.

Embora existam programas estatais e privados, a maioria dos agricultores não preenche os requisitos exigidos. Na visão de Sen (1999), essa limitação económica representa uma barreira à liberdade de escolha, pois impede que os indivíduos transformem seus recursos potenciais em funcionamentos efectivos. A ausência de facilidades económicas, uma das cinco liberdades instrumentais, impede o florescimento de oportunidades e perpetua a exclusão social e produtiva.

4.3. Processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos agricultores frente aos desafios operacionais

Neste subponto, são discutidos aspectos ligados as acções realizadas pelos agricultores dentro da Associação, como meio de fazer face aos desafios operacionais existentes. Deste modo, foram enumeradas, a ajuda de empresas, fortalecimento das redes de apoio e a marcação de preços individuais.

4.3.1. Ajuda de empresas: Parcerias que Fazem a Diferença

Na secção anterior, tendo sido apresentados os problemas operacionais, a ajuda de empresas privadas e a ajuda externa apresentam-se como respostas positivas para a associação, uma vez que, facilitam a obtenção de insumos para se semear a terra, minimizando desta forma, os problemas vivenciados na associação.

Em depoimento:

No ano passado, tínhamos apoios de algumas empresas privadas que nos apoiavam com insumos agrícolas. E outras até nos davam insumos para produzirmos e diziam que tínhamos que lhes dar uma parte e outra parte ficava connosco. Nos apoiavam com a implementação de boas práticas agrícolas, como seleccionar sementes bons e não bons, porque existem sementes que são férteis e aqueles que não são. Então eles nos ajudaram a saber identificar quando é que uma semente é boa para produzir, quando é que não é boa, essas coisas, (Anastácia, 44 anos).

Sen (1999) enfatiza que o progresso deve ser medido pela expansão das capacidades individuais, nesse contexto agrícola, isso significa que os agricultores devem ter acesso a recursos produtivos, infraestrutura e mercados justos para garantir sua autonomia e segurança económica. Empresas e financiadores podem desempenhar um papel positivo

ao fornecer crédito acessível, assistência técnica e garantias de mercado, ampliando as oportunidades dos agricultores, (Dreze & Sen, 2002).

A contribuição das empresas para o fortalecimento da associação desempenha um papel essencial no desenvolvimento da mesma. O apoio empresarial, quando bem direccionado, pode materializar-se em disponibilização diversificada de insumos, a partilha de conhecimento técnico, como explicitado no depoimento acima citado “eles nos ajudam a identificar quando uma semente é boa produzir e quando não é boa”. Esses elementos são fundamentais para que a associação amplie a sua capacidade de actuação, enfrente a limitações estruturais e ofereça melhores condições de escolha aos seus membros.

Temos sim, parcerias ou Fontes externas que nos ajudam a cumprir as nossas actividades e sim que influenciam no funcionamento da associação tem pessoas de casa agrária que sempre vem aqui para nos ajudarem a produzir nos ajudarem a semear para, eles nos ajudam também com ideias e muita coisa, então temos sim os apoios, mas não sempre agora por exemplo, com essas coisas de manifestação de Venâncio, desde que o ano começou ainda não temos apoio. Nós aqui na Associação quando começamos a época de vender os produtos dentro da associação. O preço é um e único não mudo, mas quando já entramos para as nossas machambas por exemplo já começamos cada um a colocar seu preço no seu produto, só que as vezes aqui há traidores porque vocês podem combinar um preço para venderem os produtos e outra pessoa faz por um preço para tuas coisas ficarem a apodrecer, (Marta, 60 anos).

No entanto, relações desiguais podem restringir essas liberdades quando impõem contratos abusivos, criam dependência económica ou limitam a diversificação produtiva, tornando os agricultores vulneráveis à exploração. Além disso, argumenta que a pobreza não deve ser vista apenas como privação de renda, mas como privação de capacidades, o que pode ocorrer quando os agricultores não têm escolha sobre como produzir ou vender seus produtos (Sen, 1999).

Quando as relações da empresa privada ou dos parceiros financeiros se torna assimétrica, esta deixa de ser protagonista e passa a ser executadora de estratégias

externas, o que enfraquece sua capacidade de inovação. Ainda que haja ganhos em infraestruturas ou acesso ao mercado através do resultado da diversidade agrícola, a liberdade de escolha pode ser restringida caso a parceria imponha condições explícitas ou veladas, como apresentadas no depoimento de (Anastácia, 44 anos) “... e outros até nos davam insumos para produzirmos e diziam que tínhamos que lhes dar uma parte e outro parte ficar connosco”.

Os autores Borrás e Franco (2018) argumentam que parcerias mal desenhadas com empresas privadas podem gerar dependência, desigualdades e perda de autonomia, especialmente em contextos de concentração de terras e poder económico. Parcerias público-privadas no campo frequentemente reforçam estruturas de poder desiguais e dificultam no controle local dos meios de produção

4.3.2. Fortalecimento das Redes de Apoio

De acordo com Siteo (2013), a associação enquanto uma organização desempenha um papel relevante, pois permite o desenvolvimento das relações sociais. Através do estabelecimento de redes sociais de solidariedade, inter-conhecimento, reciprocidade entre os membros, muito mais que isso nas relações entre os membros prevê-se o reforço das condições económicas e aumento das oportunidades que a associação proporciona a vida dos seus membros. Este posicionamento alinha-se na visão dos agricultores, pois os mesmos partilham experiências com vista a garantir o desenvolvimento de forma geral.

Deste modo, foi apontado que, o fortalecimento das redes de apoio como mecanismo de influência na tomada de decisão sobre os processos produtivos é um mecanismo que faz frente aos desafios operacionais enfrentados pela associação, em depoimento:

Para continuar tomando nossas próprias decisões, fortalecemos as nossas redes de cooperação, compartilhando sementes, conhecimento. Buscamos mercados alternativos, como feiras locais e venda directa ao consumidor, reduzindo a dependência de intermediários. Investimos em conhecimento, participando de formações sobre gestão, agroecologia e comercialização, (Julião, 47 anos)

Aqui nós fazemos da seguinte maneira, quando se trata de tomada de decisão, primeiro fazemos reuniões nas quartas-feiras e nessas reuniões

sempre debatemos de tudo aquilo que diz respeito à associação ou ao processo de produção. Então, quando fazemos isso, chamamos, convidamos outras associações que estão aqui dentro do Distrito Khamavota e para podermos recolher alguns dados, algumas opiniões, o que eles também estão a enfrentar, para podermos juntos levarmos essa reclamação ou essa dificuldade à direcção distrital ou à direcção provincial para podermos ter apoio enquanto somos muitos, porque quando somos muitos, talvez aí podem nos ouvir melhor. Então, temos feito dessa forma e já fomos ajudados uma ou duas vezes usando essas vias. Então, temos sim a liberdade de negociar os preços e nós fazermos a escolha no processo de produção, o que é que nós queremos produzir e tudo isso, (Alzira, 51 anos).

Na perspectiva Sen (1999), o fortalecimento das redes de apoio entre agricultores pode ser compreendido como uma forma de ampliar suas liberdades reais e suas capacidades. Nesse sentido, as práticas descritas pela Felismina (89 anos) e Sandra (41 anos), como o fortalecimento das redes de cooperação, a busca por mercados alternativos, a participação activa na construção de políticas públicas, o investimento em conhecimento e a liberdade de tomar decisões sobre a produção, estão directamente relacionadas à ampliação das capacidades dos agricultores.

Primeiramente, a cooperação mútua entre os agricultores, como o compartilhamento de sementes, conhecimentos, fortalece a solidariedade e cria um ambiente de colaboração que reduz os riscos económicos e produtivos. Para Sen (1999), essas redes de apoio são essenciais para ampliar as capacidades colectivas, permitindo que os agricultores enfrentem de maneira mais eficaz desafios como mudanças climáticas, escassez de recursos ou instabilidade de mercado. Além disso, ao dividir recursos e experiências, os agricultores se tornam mais autossuficientes, o que, segundo Sen (ibidem), é uma forma fundamental de aumentar suas liberdades reais.

A busca por mercados alternativos, como feiras locais e venda directa ao consumidor, também reflecte uma estratégia para ampliar a autonomia económica. Ao reduzir a dependência de intermediários, os agricultores ganham maior controle sobre os preços e as condições de comercialização, fortalecendo sua capacidade de negociação. Sen (1999) enfatiza que o desenvolvimento deve incluir o aumento da liberdade económica, e a possibilidade de negociar directamente os preços ou escolher onde vender os

produtos oferece uma maior liberdade de escolha, essencial para a autonomia dos agricultores, sendo o acesso à educação e ao conhecimento crucial para expandir as capacidades reais, permitindo que os indivíduos possam tomar decisões mais informadas e autónomas sobre suas vidas.

O investimento em formação e capacitação, mencionado tanto por Felismina (89 anos) quanto por Sandra (41 anos), também é uma estratégia importante para o fortalecimento das liberdades dos agricultores. Ao adquirir conhecimentos sobre gestão, agroecologia e comercialização, os agricultores aumentam suas capacidades de tomada de decisão e sua resiliência diante de mudanças no mercado ou nas condições ambientais.

A liberdade de negociar preços e de escolher o processo de produção, como apontado por Sónia, é um exemplo claro de liberdade económica. Sen (1999) argumenta que o desenvolvimento está intimamente relacionado à capacidade das pessoas de escolher suas próprias acções e controlar as condições de sua vida. Quando os agricultores têm a capacidade de decidir o que produzir, como produzir e a que preço vender, eles estão ampliando suas liberdades reais, o que reflecte um avanço significativo em suas capacidades de agir no mundo.

Essas redes de apoio também funcionam como espaços de influência na tomada de decisões diversificadas, ao invés de reproduzir modelos distantes da realidade local. As decisões passam a ser informadas dentro do grupo, fazendo com que a associação fortaleça sua capacidade de agência, adequando aos métodos produtivos existentes. Ao mesmo tempo as redes tornam a associação menos vulnerável à actuação de agentes externos, pois o fortalecimento das redes de apoio não é apenas um recurso estratégico, é um mecanismo vital para a reconstrução de um desenvolvimento enraizado participativo e sustentável. Finalizando com a visão trazida por Homero (1988), o associativismo agrícola constitui um processo de organização humana, que visa contribuir para melhorar as condições de vida da comunidade em que se constituem.

Assim, o fortalecimento das redes de apoio e as práticas de cooperação, e investimento em conhecimento permitem aos agricultores não apenas expandir suas capacidades individuais e colectivas, mas também ampliar suas liberdades em diversos aspectos de suas vidas. Para Sen (1999), esse é o verdadeiro sentido do desenvolvimento, pois

envolve dar aos indivíduos a liberdade de escolher o que realmente valorizam, o que, no caso dos agricultores, significa garantir sua autonomia económica, política e social.

A cooperação e solidariedade entre os membros da associação representam um exemplo da liberdade relacional defendida por Hegel (2002), na qual o indivíduo só é verdadeiramente livre quando reconhece e é reconhecido dentro do colectivo. Essas redes funcionam como mecanismos de resistência, gerando apoio mútuo e promovendo a inclusão produtiva, ainda que limitada por condições externas.

4.3.3. Marcação de Preços Individuais

Os agricultores como forma de expressar a sua liberdade, optam pela marcação de preços, que, se for para uma comercialização conjunta, o preço é marcado pelos proprietários da colheita, porém, quando a venda é individual, a precificação é feita pelo agricultor detentor dos produtos agrícolas:

Quanto aos preços, nos espaços individuais cada uma marca o seu preço e quando por exemplo a venda é da associação, claro que o preço é o mesmo (Raul, 45 anos).

Ah, não. É difícil, porque eles sempre reclamam e cada um pede o seu preço. Mas nós também, às vezes, temos um preço único, aqui na associação, o preço que a associação impõe. Então, em algum momento, tem existido esse conflito aí entre o pessoal do mercado que vem levar e nós. Isso sobre os preços que eles querem que a gente venda para eles os produtos. Eles sempre pedem desconto, (Anastácia, 44 anos).

Nessa perspectiva é possível compreender que os agricultores conseguem estabelecer preços individualmente, isso pode indicar maior autonomia económica. Segundo Sen (1999), a liberdade económica é uma das “liberdades instrumentais” fundamentais para o desenvolvimento, pois permite que indivíduos e comunidades tenham controle sobre seus meios de subsistência. Nesse caso, a possibilidade de precificação individual poderia ser vista como um reflexo da liberdade de participação no mercado. No entanto, alerta que as liberdades formais nem sempre se traduzem em liberdades reais. Em contextos onde há desigualdades estruturais, falta de acesso a crédito ou dependência de intermediários, os agricultores podem estar formalmente livres para definir preços, mas sem poder real para influenciar as condições de mercado. Nesse sentido, a marcação de

preços individuais pode ser limitada pela ausência de mecanismos que garantam o poder dos agricultores.

Buscamos constantemente negociar melhores preços e explorar novos mercados. Além disso, diversificamos nossas culturas e trocamos experiências entre nós na associação para encontrar estratégias que funcionem melhor nas nossas realidades, (Sandra, 41 anos)

Para continuar fazendo suas escolhas, os agricultores frequentemente formam associações para fortalecer sua voz colectiva, negociando melhores condições de mercado e acesso a recursos. Além disso, podem investir em práticas sustentáveis que, apesar dos desafios, podem aumentar a resiliência e a autonomia, (Virgínia, 52 anos)

A possibilidade de os membros estabelecerem preços individuais, à primeira vista pode ser analisada como o exercício da liberdade ou autonomia económica. Na perspectiva de desenvolvimento como liberdade é necessária uma análise crítica institucional da associação. Se por um lado, a livre definição de preços expressa a liberdade de escolha individual, por outro lado, compromete a coesão organizacional, a transparência nos processos produtivos e a construção colectiva de fortalecimento no mercado.

A liberdade de precificação também pode ser analisada sob a óptica do impacto nas capacidades dos agricultores. Sen (1992) argumenta que a renda e os bens materiais não são fins em si mesmos, mas meios para alcançar o bem-estar. Se a marcação de preços não garantir uma renda suficiente para cobrir necessidades básicas como alimentação, saúde e educação, então essa liberdade torna-se ineficaz para promover o desenvolvimento humano.

A abordagem enfatiza a importância da equidade no acesso às oportunidades. Se certos agricultores têm mais acesso a informações, redes de distribuição e infraestrutura do que outros, a liberdade de precificação pode aprofundar desigualdades. Sen (1999) argumenta que o desenvolvimento exige não apenas liberdade formal, mas também igualdade de condições para que todos possam exercer suas capacidades de forma justa.

O verdadeiro desenvolvimento ocorre quando as escolhas individuais se articulam com as capacidades institucionais. O mecanismo colectivo de definição de preços, baseados em critérios técnicos, custos de produção e consensos internos, pode facilitar a

associação como espaço de participação democrática e de justiça económica. A padronização de negociação de preços ou pelo menos a definição de faixas de referência contribui para a construção de um mercado mais justo, favorecendo o desenvolvimento de todos os membros. Portanto, a marcação de preços quando não é acompanhada por processos de coordenação colectiva, pode comprometer a sustentabilidade da associação. Por outro lado, se for integrada a uma lógica cooperativa, onde a liberdade individual esteja conectada ao bem comum, essa prática pode contribuir para o desenvolvimento não apenas económico, mas também institucional, social e humano dos agricultores.

4.4. Exercício das liberdades individuais e desenvolvimento dos membros da associação

Para o exercício das liberdades individuais, neste ponto, os agricultores apontaram que, a escolha espontânea, o desenvolvimento de interesses pessoais, como o uso de diferentes práticas agrícolas, as plantações individuais e de várias culturas, a participação inclusiva, são meios que materializam a verdadeira capacidade e liberdade.

4.4.1. Liberdade de escolha: Fortalecendo Redes, Ampliando Possibilidades

O exercício da liberdade, nesse ponto, é verificado através das redes de apoio que são criadas dentro da associação, que permite que os agricultores ampliem suas possibilidades em grupo, tanto quanto individualmente. Em depoimento:

A liberdade de escolha dos membros permite a maior ampliação de rede de apoio, pois cada um trabalha para trazer um contributo de crescimento e incremento de conhecimento individual e colectivo de modo a profissionalizar a associação Através da interacção corporativa que resulta de variadas estratégias que aumentam a produtividade individual e colectiva, tornando o grupo muito dinâmico e de aprendizado mútuo, (Fernando, 45 anos).

No trecho de Fernando (45 anos), a liberdade de escolha dos membros é vista como um factor que “permite a maior ampliação de rede de apoio”, destacando a importância do suporte social e do aprendizado mútuo. Essa visão está alinhada com a ideia de Sen de que “a liberdade de associação e a participação social são componentes essenciais para o desenvolvimento das capacidades”, (Sen, 2009, p. 237). Além disso, a interacção corporativa e estratégias diversas aumentam a produtividade individual e colectiva. Esse

aspecto reflecte a noção de Sen de que as capacidades humanas podem ser ampliadas por meio da cooperação social e do desenvolvimento de habilidades em ambientes dinâmicos. Ele destaca que “a expansão das capacidades de uma pessoa está frequentemente ligada à expansão das capacidades de outras”, (Ibidem, p. 45), reforçando a ideia de que o crescimento individual está interligado ao crescimento colectivo.

A liberdade de escolha dentro da associação melhora as oportunidades dos membros ao permitir que eles participem activamente em projectos, desenvolvam novas competências e acesso aos recursos que, de outra forma, não estariam disponíveis. Isso pode incluir acesso a formação técnica, mercados e tecnologias que potencializam o seu desenvolvimento, (Virgínia, 52 anos).

No trecho de Virgínia (52 anos), há uma ênfase no fato de que “a liberdade de escolha dentro da associação melhora as oportunidades dos membros ao permitir que eles participem activamente em projectos, desenvolvam novas competências e acessem recursos”. Isso se relaciona com a concepção de Sen de que o desenvolvimento ocorre quando os indivíduos têm condições reais de exercer suas escolhas. Segundo o autor, “o que importa para o desenvolvimento não é apenas a renda ou os bens que uma pessoa possui, mas o que ela pode efectivamente fazer com esses recursos para expandir suas oportunidades”, (Sen, 1999, p. 87).

Ao mencionar o acesso à formação técnica, mercados e tecnologias, Virgínia (52 anos) ressalta elementos que ampliam as chamadas capacidades funcionais. Essas capacidades dizem respeito à transformação de bens e oportunidades em reais liberdades de acção. Por exemplo, ter acesso a um mercado de trabalho mais amplo ou a treinamentos técnicos não é suficiente se os indivíduos não têm as ferramentas necessárias para usufruí-los. Como Sen enfatiza: “A liberdade de escolha deve ser acompanhada por meios reais para que essa escolha possa ser exercida, o que inclui educação, saúde e acesso à informação” (Sen, 2009, p. 253).

O autor argumenta que a liberdade é tanto um meio quanto um fim do desenvolvimento. Ele distingue entre liberdade instrumental e liberdade substantiva. “A liberdade instrumental refere-se a factores que ajudam a expandir a liberdade das pessoas, como educação, acesso ao mercado e redes de apoio social. Já a liberdade substantiva diz

respeito às reais possibilidades que os indivíduos têm de escolher e concretizar os modos de vida que valorizam”, (Sen, 1999, p. 38).

Dessa forma, a liberdade de escolha dentro da associação mencionada pela entrevistada não é apenas uma questão formal, mas um mecanismo que amplia o poder de acção dos membros ao fornecer ferramentas concretas para seu desenvolvimento. Os trechos ilustram esse conceito ao mostrar como a liberdade de escolha dentro da associação impacta positivamente o bem-estar dos membros. No contexto da teoria das capacidades, podemos entender essa associação como um espaço onde as liberdades individuais e colectivas são ampliadas por meio da participação activa, da interacção social e do acesso a novos conhecimentos e recursos.

Como o autor coloca “a participação activa na vida social e económica é um elemento fundamental da liberdade, e sua ausência pode restringir severamente o desenvolvimento humano”, (Sen, 1999, p. 31). Portanto, ao criar um ambiente que possibilita o aprendizado colectivo, a aquisição de novas competências e o acesso a oportunidades de mercado, a associação mencionada nos trechos não apenas fortalece as liberdades individuais, mas também contribui para o desenvolvimento do grupo como um todo.

A liberdade de escolha, tal como exposta por Sen (2000), consiste na capacidade de decidir e agir de acordo com as próprias preferências. No contexto dos agricultores, essa liberdade é percebida na autonomia de decidir o que plantar e como produzir, mas é restringida por limitações financeiras e estruturais. Ausência de políticas de apoio contínuo reduz a sustentabilidade dessas escolhas, perpetuando desigualdades.

4.4.2. Novos Interesses, Novas Práticas: O Campo em Transformação

O desenvolvimento de novas práticas agrícolas, representa uma forma concreta de expansão das liberdades dos agricultores. Como afirmam os autores Jack, Plahe e Wright (2022), ao analisar uma ONG agrícola nas Filipinas, destacam que a adopção voluntária de práticas sustentáveis permite que os agricultores desenvolvam formas alternativas de acção, e essas práticas não são apenas meios para aumentar a produtividade, mas também formas de construir autonomia, auto-estima e pertencimento a redes colectivas de saber.

A autonomia dentro da associação permite que cada agricultor: Experimente novas técnicas e culturas, adaptando-se melhor ao ambiente. Assuma papéis de liderança, fortalecendo sua autoconfiança e habilidades de gestão. Acesse mercados diferenciados, aumentando a renda e a sustentabilidade de sua produção. Quando os agricultores têm voz activa, a associação consegue: Oferecer programas de capacitação, crédito e comercialização alinhados às reais necessidades do grupo. Incluir jovens e mulheres nas decisões, promovendo inovação e diversidade. Adaptar projectos às necessidades locais, como a transição para modelos de produção mais sustentáveis (Felismina, 89 anos)

Quando os agricultores introduzem novas práticas agrícolas de forma autónoma, estão exercendo sua liberdade económica e aumentando sua segurança alimentar. Esse processo reduz sua vulnerabilidade a crises externas, como variações no preço de insumos ou mudanças climáticas, ao adoptarem práticas agrícolas inovadoras, os agricultores não apenas melhoram suas condições de vida, mas também fortalecem sua autonomia e resiliência.

Outro pressuposto fundamental da teoria de Sen (1999) é a ideia de capacidades, que se refere ao conjunto de oportunidades reais que uma pessoa tem para viver a vida que valoriza. Ele diferencia funcionamentos (as realizações concretas, como estar bem nutrido) das capacidades (as possibilidades de escolha, como ter acesso a diferentes formas de produção agrícola para garantir a segurança alimentar). Se os agricultores têm liberdade para experimentar novas técnicas agrícolas, isso aumenta seu leque de capacidades. Eles não estão apenas produzindo mais, mas também ampliando suas escolhas sobre como cultivar o que consumir e como vender seus produtos.

As liberdades nos permitem experimentar novas práticas agrícolas e participar de treinamentos. Isso não só melhora nossas habilidades técnicas, mas também aumenta nossa confiança e capacidade empreendedora. Quando temos liberdade para escolher áreas nas quais queremos focar ou aprender, conseguimos contribuir melhor com nossos talentos individuais, o que enriquece toda a associação. (Sandra, 41 anos)

A liberdade de escolha nos permite explorar diferentes práticas agrícolas e desenvolver novas habilidades que podem beneficiar tanto nossas vidas pessoais quanto nossas actividades profissionais. Ter liberdade para participar nas decisões nos permite explorar novos mercados e participar em eventos agrícolas, aumentando nossas chances de sucesso e crescimento, (Raul, 43 anos).

Se os agricultores inovam e adoptam práticas agrícolas sustentáveis sem depender totalmente de políticas governamentais ou grandes corporações, eles estão exercendo seu agenciamento. Esse empoderamento é essencial para que possam enfrentar desafios como mudanças climáticas e oscilações de mercado, “os indivíduos devem ser vistos [...] como agentes activos de mudança, e não apenas como beneficiários passivos de programas de desenvolvimento” (Sen, 1999, p. 11). Assim, o desenvolvimento agrícola autónomo não é apenas uma melhoria técnica na produção, mas um fortalecimento da posição dos agricultores como agentes de suas próprias vidas. Acrescentando, FAO (2018) aponta que o desenvolvimento dos agricultores no aprendizado e experimentação de novas práticas aumenta a resiliência e a capacidade adaptativa, especialmente diante de crises climáticas e instabilidade de mercados. Isso reforça que o desenvolvimento de interesses pessoais, quando apoiado políticas públicas e acesso a informação, é um vector de liberdade.

Um terceiro pressuposto importante na abordagem de Sen (1999) é o conceito de agenciamento (*agency*), que se refere à capacidade dos indivíduos de tomarem decisões e agirem para transformar sua realidade. O desenvolvimento, para ele, não é apenas algo que acontece para os indivíduos, mas um processo em que eles devem ser agentes activos. O que vai de acordo com o pensamento de Romano (2002), pois explica a necessidade de uma abordagem de empoderamento que coloca os indivíduos e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, onde tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir

4.4.3. Plantações Diversificadas: Autonomia e Resiliência no Campo

Neste momento, os agricultores, como forma de exercerem sua liberdade real, ainda que membros da associação, estes plantam dentro de seus espaços de forma autónoma, o tipo de prática agrícola que decidiram ser melhor para a determinada época agrícola:

Quando alguém aqui na Associação e tem alguma coisa para plantar vem e planta naquele espaço individual porque é assim que aqui tem que e assim aqui tem espaço que pertence a associação e tem espaço de longe os membros que pertencemos a associação de forma individual, (Arminda, 46 anos).

Nós produzimos quase todo tipo de alimento básico para não dependermos de uma e única plantação, então posso dizer que isso nos ajudou a manter um pouco viva a nossa associação e também nas machambas que temos fora da associação, só que agora está difícil porque já nem trabalhamos como antes, agora aqui na associação temos muitas cheias porque tem pessoas lá a frente que construíram casas de prédio para alugarem, então fecho o caminho de água que passava só daqui para praia, agora não temos nada para trabalhar mesmo, gostaríamos que o governo pelo menos nos ajudasse a resolver essa situação, porque a pessoa que construiu essas casas diz que não vai sair daqui porque pagou muito dinheiro mesmo para a direcção da associação, mas nós os membros não temos conhecimento disso, (Felismina, 89 anos).

Na teoria Sen (1999), as plantações individuais e a diversificação de culturas podem ser entendidas como formas de liberdade, pois ampliam as capacidades dos agricultores de escolher e moldar suas condições de vida de acordo com suas próprias necessidades e circunstâncias. Para (ibidem), a liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas a capacidade real de escolher e actuar para alcançar os objectivos desejados. Ao diversificar suas culturas ou optar por plantações individuais, os agricultores não estão apenas maximizando sua produção e segurança alimentar, mas também estão expandindo suas liberdades para lidar com incertezas económicas, mudanças climáticas ou volatilidade do mercado.

A diversificação de culturas oferece uma capacidade de adaptação que diminui os riscos associados a depender de uma única fonte de receita, o que reflecte uma forma de autonomia sobre seu próprio destino. A escolha de práticas agrícolas, como a manutenção de plantações individuais para consumo próprio ou comercialização, também é uma expressão de liberdade ao permitir que o agricultor exerça controle sobre sua alimentação e produção, o que fortalece sua autossuficiência.

A associação tem variado os produtos na venda para poder manter-se firme no mercado, para não dependermos de uma e única produção, fazemos uma variação dos alimentos na produção, (Sandra, 41 anos).

...As nossas plantas aqui, os nossos produtos vão de acordo com as épocas. Então, temos feito a si mesmo. Essa é a estratégia que nós implementamos para podermos ter algum sustento financeiro quase sempre. Então, temos feito dessa forma. Mas também, no caso de aqueles que fazem parte do mercado, que vêm para aqui e gozarem, eles têm nos mandado ou nos dizem para produzirmos um certo tipo de alimento em um determinado período de tempo para poderem vender essas coisas. Então, eles às vezes trabalham assim connosco, (Anastácia, 44 anos).

Estudos recentes corroboram essa visão, Ignaciuk, Maggio e Sitko (2018) observaram que, na África Subsariana, os sistemas de cultivo diversificados reduzem a vulnerabilidade e a exposição à insegurança alimentar, sugerindo que políticas que apoiam o desenvolvimento de mercados agrícolas privados são cruciais para promover a adoção de sistemas de cultivo mais diversificados, resilientes e lucrativos. Além do mais, Jack, Plahe e Wright (2022) introduzem o conceito de “liberdade”, enfatizando a importância das práticas agroecológicas e das organizações comunitárias na promoção da liberdade entre os pequenos agricultores. Argumentam que o trabalho colectivo e as práticas organizacionais no contexto agroecológico, permitem que os agricultores desenvolvam capacidades relacionais e práticas organizacionais que constituem formas alternativas e orientadas para o futuro agir e ser.

No plano colectivo, a diversificação também favorece a associação enquanto instituição. Permite atender as diferenças até a diferentes mercados, atrair parcerias variadas e atingir redes de comercialização mais amplas. Isso aumenta a base de recursos e oportunidades disponíveis para o grupo, favorecendo a distribuição equitativa dos edifícios e reproduzindo as desigualdades entre os membros. Desse modo, diversificação de plantações não é apenas uma escolha técnica, mas uma expressão concreta de desenvolvimento como liberdade, pois fortalece tanto a capacidade individual de decisão dos agricultores quanto a força colectiva da associação.

4.4.4. Participação Inclusiva: Todos com voz e vez

A participação inclusiva desempenha um papel fundamental no fortalecimento das liberdades dos agricultores, o autor argumenta que “a liberdade de participar de decisões sociais e políticas é parte integrante da liberdade individual e instrumento fundamental para garantir as outras liberdades”, (Sen, 1999, p.17). Neste sentido, a inclusão dos agricultores em processos decisórios contribui para a autonomia e agência, permitindo que eles influenciem directamente os factores que afectam sua qualidade de vida e sustentabilidade das actividades agrícolas.

A liberdade de participação de todos os membros garante igualdade de oportunidades, pois todos têm a chance de expressar suas opiniões e contribuir para as decisões da associação. Essa inclusão é fundamental para a coesão e para o fortalecimento da comunidade agrícola, (Virgínia, 52 anos).

Quando todos têm a chance de participar das decisões, garantimos um ambiente mais justo onde cada membro pode contribuir com suas ideias e se beneficiar igualmente das oportunidades, (Raul, 43 anos).

A participação igualitária assegura que todos tenham voz nas decisões. Isso cria um ambiente onde diferentes opiniões são valorizadas, promovendo um senso de pertencimento e justiça entre todos nós, (Sandra, 41 anos).

Autores contemporâneos ampliam essa perspectiva ao discutir o papel das estruturas sociais e políticas na promoção da equidade no meio rural. Como anuncia Lecoutere et al. (2024), fomentar um ambiente capacitador para a igualdade e empoderamento nos sistemas agroalimentares requer mudanças transformadoras que abordem restrições estruturais em múltiplas escalas. Estes autores defendem processos participativos e inclusivos como estratégia central para enfrentar desigualdades históricas, promovendo o empoderamento de agricultores, olhando com enfoque para mulheres, jovens e grupos marginalizados dentro dos sistemas agroalimentares.

A posição dos agricultores, alinha-se ao posicionamento de Cornely (1978), pois afirma que a participação significa estar presente activamente no designar e no escolher

alternativas, caminhos e em ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa, bem como combiná-las.

Quando há envolvimento colectivo nas decisões todos têm direito a voto e a propor projectos, evitando que benefícios fiquem concentrados. Os recursos são distribuídos de forma justa, promovendo equidade entre pequenos e médios produtores. A diversidade é valorizada, garantindo que diferentes grupos tenham representação, (Felismina, 89 anos).

Bom, a liberdade de participação de todos os membros dentro da nossa associação não garante lá muito a igualdade de oportunidades. Não, não posso mentir, mas não, não garante, porque quando recebemos apoios, por exemplo, coisas que quando chegam nas mãos dos responsáveis ou da direcção, para os membros já não chegam todas essas coisas. Por exemplo, podemos ter apoio de dois pares de botas para cada membro da associação. Se isso chega nas mãos, por exemplo, da direcção da associação, é normal só ter um par, um par, um par de quê? De botas. Então, a igualdade não de oportunidades não temos aqui na nossa associação. Pior quando as coisas vêm directo para a direcção. Por isso estamos a pedir nós, quando quiserem nos apoiar com alguma coisa, venham directo para cá e entreguem a nós mesmos, e não a direcção, (Sandra, 41 anos).

Sen argumenta que o desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo crescimento económico, mas pela expansão das liberdades substantivas que as pessoas têm para viver a vida que valorizam: “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 1999, p. 3). Nesse sentido, a participação inclusiva dentro de uma associação contribui para esse desenvolvimento ao garantir que todos os membros tenham oportunidades reais de contribuir, expressar opiniões e influenciar decisões que afectam suas vidas. A participação inclusiva é uma forma de garantir essa expansão, pois possibilita que todos os membros da associação desenvolvam habilidades, exerçam sua agência e tenham acesso a oportunidades para crescer individual e colectivamente.

Quando há participação inclusiva, os membros da associação não são apenas beneficiários passivos de decisões tomadas por outros, mas atores activos na construção

do colectivo. Isso reduz desigualdades e promove um ambiente mais democrático e equitativo. A partir da teoria de Sen (1999), fica claro que a participação inclusiva em uma associação não é apenas um valor democrático, mas um elemento essencial para o desenvolvimento individual e colectivo. Ela permite a expansão de liberdades, melhora as capacidades dos membros dentro do grupo.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo sobre o processo de construção e reconstrução das liberdades individuais dos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, frente aos desafios operacionais, permitiu compreender de forma aprofundada como esses agricultores, mesmo diante de muitas adversidades, buscam afirmar sua autonomia, dignidade e participação activa na vida comunitária e económica.

Verificou-se neste estudo que os membros da associação constroem e reconstróem suas liberdades individuais num contexto de limitações estruturais, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos financeiros e materiais, o desvio de fundos e as barreiras institucionais. Esses desafios não apenas comprometem a capacidade produtiva dos agricultores, mas também restringem as suas liberdades reais, como ressalta Amartya Sen que, o desenvolvimento, segundo a sua teoria, deve ser visto como a ampliação das capacidades das pessoas de viverem a vida que valorizam.

Apesar das dificuldades, os agricultores exercem suas liberdades através de práticas como a diversificação de culturas na produção, o fortalecimento de redes de apoio, a marcação de preços individuais e a participação inclusiva nas decisões da associação. Essas práticas não apenas refletem a resistência e a resiliência dos agricultores da Associação Armando Emílio Guebuza, mas também revelam a capacidade de agência e inovação social que emerge mesmo em contextos adversos.

A associação, enquanto um espaço coletivo, demonstrou-se como um instrumento de fortalecimento das capacidades dos seus membros quanto um local onde tensões e desigualdades internas podem limitar o exercício pleno dessas liberdades. Tendo percebido que a participação inclusiva, a transparência na gestão e o acesso equitativo aos recursos são elementos essenciais para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento justo, comunitário e sustentável.

Diante dessas análises, verifica-se a necessidade de criação e fortalecimento de políticas públicas que apoiem efetivamente as associações agrícolas, promovendo não apenas o acesso a insumos e financiamento, mas também o empoderamento das comunidades através de formações técnicas, incentivo à participação inclusiva e investimentos em infraestruturas resilientes às mudanças climáticas. Assim, este estudo contribuiu para compreender que o desenvolvimento comunitário e sustentável passa pela ampliação das liberdades individuais e colectivas, pela valorização do associativismo como mecanismo

de fortalecimento comunitário e pelo reconhecimento do papel central que os agricultores desempenham na construção de alternativas para um futuro mais justo e equitativo no contexto de desenvolvimento comunitário.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ALEGRE, T. V. N. G. (2012). Cooperativas agrícolas e desenvolvimento comunitário no distrito de Boane: O caso das cooperativas 25 de Setembro e Agro-Pecuária de Campoane [Dissertação de Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane].
- BAILEY, K. D. (1994). *Methods of social research*. 4 ed. New York: The Free Press.
- BANCO MUNDIAL (2023) O impacto das mudanças climáticas na agricultura e na segurança alimentar.
- CANTERLE, N.M.G. (2004). *Associações agrícolas e sua relação como desenvolvimento*. Francisco Beltrão-PR, Unioeste.
- CHIPENEMBE, M. J. M. (2001). “Participação comunitária em contexto de pobreza extrema 1994-1999: Associação de camponeses 25 de Setembro de Mulima (Distrito de Chemba)”. Universidade Eduardo Mondlane.
- COOPER, D. R. e SCHINDLER, P. S. (2003). “Métodos de pesquisa em administração” 7a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- CORNELY, S. A. (1978). *Serviço Social: Planejamento e Participação*. 2ªed. São Paulo: Cortez & Moraes.
- CORREIA, G. D. M, (2018). “Exploração de potenciais factores que influenciam a adoção de tecnologias agrárias para a produção de hortícolas no distrito de Marracuene”. Faculdade de agronomia e engenharia e florestal: Universidade Eduardo Mondlane.
- DA SILVEIRA, P. R. C.; NEUMANN, P. S.; VELLA, H. A. G.; LAGO, A.; DE OLIVEIRA, A. E.; PELEGRINI, G. (s/d). *A diversidade de Associativismo na Região do Corede - Centro/RS*.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (2006). (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- DIAZ BORDINAVE, J. E. (1994). “O que é Participação”. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense.

DONIAK, F. A. (2002). “Participação comunitária no processo de desenvolvimento local: Estudo do caso do Município de Rancho Queimado”. Florianópolis estado de santa catarina brasil: Universidade Federal de Santa Catarina.

DREZE, J.; SEN, A. (2002) Índia: Desenvolvimento e Participação. Oxford University Press.

DUPUY, J. P. (1992), “Introdução as ciências sociais: Lógica dos fenómenos colectivos” Lisboa: Instituto Piaget.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2022) O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo.

FERRINHO, H. (2018). “Cooperativa e Desenvolvimento Rural”. Lisboa, Portugal: Clássica Editora.

FILHO, L. M. D. A. (s/d). Amostragem. Universidade Federal de Paraíba - Departamento de Estatística.

FOLIGE, J. E. (2004), “Associativismo Agrícola no Chókwè: O caso da associação de regantes do distribuidor Onze (AREDONZE), em Massavasse”. Universidade Eduardo Mondlane.

FONSECA, P. O. (2017). Economia Solidária Como Estratégia de Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso de Pequenos Agricultores do Distrito de Boane no ano de 2016. [Tese de Mestrado em Sociologia Rural e de Gestão de Desenvolvimento]. Maputo – Universidade Eduardo Mondlane.

GIL, A. C. (1989). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas, 2ª edição.

GIL. A. C. (2010). “Métodos e técnicas de pesquisa social”. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

GILL, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª edição. Editora Altas: São Paulo.

GRZYBOVSKI, D.; MOZZATO, A. R. (2011). Análise de conteúdo. HEY, A.P.; CATANI, A.M. (2010). Reprodução social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação - CDROM.

HEGEL, G. W. F. (2002). Fenomenologia do Espírito. Tradução de Marcos Lessa. São Paulo: Editora Martins Fontes.

IGNACIUK, A., MAGGIO, G., & SITKO, N. (2018). Crop diversification increases productivity and stabilizes income of smallholders. FAO Agricultural Development Economics Policy Brief8. Disponível em <https://openknowledge.fao.org> acessado em 4 de Abril de 2025.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Mudanças climáticas (2021): A base das ciências físicas. Cambridge University Press.

JACK, G., PLAHE, J., & WRIGHT, S. (2022). Development as freedom? Insights from a farmer-led sustainable agriculture non-governmental organisation in the Philippines. Human Relations. Disponível em <https://sagejournals> acessado em 1 de Abril e 2025.

KANT, I. (1988). Crítica da Razão Prática. Tradução de Lúcio A. de A. Gomes. São Paulo: Editora Abril.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG.

LECOUTERE, E., et al. (2024). Fostering na Enabling Environment for Equality and Empowerment in Agri-Food Systems. International Center for Agricultural Research in the Dry Areas (ICARDA). Disponível em <https://icarda.org> acessado em 4 de Abril de 2025.

LIBOMBO, S. E.; ELIZIARIO, R. De O.; FERRANTE, V. L. S. B. (s/d). Associações Agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios (2010 – 2015): Estudo do caso associação livre de Mahubo Km 10, localidade de Mahubo, distrito de Boane.

MACAVE, A. (2023). O impacto do associativismo na produção e produtividade agrícola: Caso do distrito de Mandlakazi (2018–2022). Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthine.

MACAMO, E. (2004). “A leitura sociológica. Imprensa Universitária”. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane.

MACHAIEIE, M. V. (2022). “Experiência de Associativismo Agrícola: O caso da associação Agrícola 25 de Setembro, Infulene na Província de Maputo”. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

MALHOTRA, N. (2001). Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman.

MANHIÇA, H.(2019). O modelo de agronegócio: uma experiência a partir da “Associação com Enxada na Mão há Vida” de Massaca, no distrito de Boane. Tese de licenciatura. UEM, Maputo. DAA/FLCS.

MANHIÇA, S. S. (2015). “Avaliação do Associativismo Agrícola no Desenvolvimento da Economia Local no Distrito Municipal Kamavota 2006:2013 Caso das associações agrícolas Massacre de Mbuzine e de camponeses Tomás Sankara”. Escola superior de desenvolvimento rural.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing.3.ed. Sao Paulo: Atlas.

MATUASSA, Z.J. (2005).” Agências humanitárias internacionais e desenvolvimento comunitário em Moçambique: O caso do PMA no âmbito do “Programa comida pelo trabalho” no Chókwè (2000-2005) ”. Universidade Eduardo Mondlane.

NGUIRAZEE, A. C. e AIRES, J. D. M. (2011). “Moçambique: processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local”. Revista Ideas: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. (2015). Programa da FAO em Moçambique: no âmbito do programa das Nações Unidas “Delivering as One”. Moçambique, 2012-2015. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/OSD/CPF/Countries/Mozambique/CPFbrochurepor_MOZ_2012-2015.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

POMBAL, L. B. S. (2021). “Descentralização e participação comunitária no desenvolvimento local: caso município de Boane (2018-2020)”. Faculdade de Letras e Ciências Sociais: Universidade Eduardo Mondlane.

QUIVY, R., &CAMPAHOUDT. (1998). Manual de investigação em ciências sociais. Editora Gradiva, Lisboa. 2ª edição.

RECH, D. (2000), “Cooperativas: uma alternativa de organização popular”. Rio de Janeiro.

REPÚBLICA DE MOCAMBIQUE. (2022). “Plano estratégico de desenvolvimento do sector agrícola”.

RICHARDSON, R. J. (2008). Pesquisas sociais: métodos e técnicas. 3ª Edição, Editora Atlas: São Paulo.

ROHA, P. M. R.; DOLABENETA, C.; FAVERO, E.; ROJO, C. A. (2018). A Importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidades de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do Município de Jesuita (PR).V.7. REVER: Revista de Extensão e Estudos Rurais. Journal of Extension and Rural Studies.

SEN, A. (2000). Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras.

SEN, A. (2009). A Ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, A. (2001). Desenvolvimento como Expansão das Capacidades. Journal of Development Planning, v. 19, p. 41-58.

SEN, A. (1999). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, A. (1992). Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record.

SEN, A. (1981). Pobreza e Fomes: Um Ensaio sobre Direitos e Privação. Oxford University Press,.

SILVA, M. (1962). “Desenvolvimento comunitário-Uma técnico de progresso social”. Lisboa: Associação industrial portuguesa.

SILVEIRA, T. L. N. (1992). Gestão Prática de Associações de Desenvolvimento Rural 1.Organização de Associações. ASPTA (MÍMEO). Rio de Janeiro.

SITOI, D. C. M. dos S. (2013). As Relações de Género e Participação nas Actividades da Associação: estudo de caso da união de camponeses de Marracuene.

SOUZA, J. de P. (2014). Análise SWOT da Cadeia Produtiva do Tomate de Mesa em Goiás, sob aspectos das dimensões do desenvolvimento sustentável. [Tese de Mestrado em Ecologia de Produção Sustentável]. Goiânia – Universidade Católica de Goiás.

TACSAN, M. A. (2003). Los comites de ética y la investigación en ciencias sociales. Revista de Ciências Sociais, 99. Universidad de Costa Rica: San José.

TRIVINOS, A. S. (1987). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo. Editora Atlas.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas.

TRIVINOS, A. N. (2006). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. Editora Atlas: São Paulo.

VALÁ.S.C. (1983). “Os imperativos da participação comunitária no Desenvolvimento Rural. “Jornal domingos.

VERGARA, S. C. (2005). Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas.

WORLD BANK – Banco Mundial (2023). O impacto das mudanças climáticas na agricultura e na segurança alimentar. Banco Mundial.

XAVIER, A. B. (2001). “Participação no processo de tomada de decisões no contexto da comercialização agrícola: o caso do Distrito de Manjacaze”. Universidade Eduardo Mondlane.

ZANELLA, C. (2009). Metodologia de estudo de pesquisa em administração. Fascículo de Metodologia Científica, UFSC/MEC/CAPE/PNAP, Florianópolis.

7. APENDICES

Guião de Entrevista

I. Perfil sociodemográfico dos agricultores membros da associação

1. Idade

2. Estado Civil

3. Nível académico

4. Ocupação

5. Religião

II. Desafios operacionais enfrentados pelos membros da associação dos agricultores processo de produção

6. Quais foram os principais desafios operacionais enfrentados pela associação nos últimos anos e como a associação tem lidado com os desafios?

7. Que estratégias a associação implementou para garantir a sustentabilidade financeira?

8. Existem parcerias ou fontes externas que ajudam a associação a cumprir suas actividades? Como essas parcerias influenciam o funcionamento da associação?

9. Quais são as dificuldades institucionais mais recorrentes que a associação enfrenta?

10. De que maneiras os membros da associação tentam contornar ou negociar com as normas e estruturas que consideram restritivas.

III. Processo de produção e reprodução das liberdades individuais dos agricultores frente aos desafios operacionais

11. Quais desafios operacionais limitam as escolhas dos agricultores durante o processo de produção? E como isso acontece?
12. Como os agricultores conseguem manter as suas capacidades de escolha diante dos obstáculos como a falta de recursos, financiamento e tecnologia?
13. Como as políticas agrícolas afectam na liberdade dos agricultores de tomar decisões em diferentes fases de produção?
14. Quais acções os agricultores tomam para continuar fazendo suas escolhas no processo de produção, tendo em conta os desafios enfrentados?
15. Os agricultores conseguem manter sua liberdade de negociação de preços ou são forçados a aceitar as condições impostas pelo mercado?
16. Você percebe algum desequilíbrio de poder dentro da associação? Como isso afecta na escolha dos membros e a participação nas decisões?

IV. Exercício das liberdades individuais e desenvolvimento dos membros da associação

17. Como as liberdades de escolha dos membros da associação, os ajudam a crescer e se desenvolver de forma pessoal e profissional?
18. De que forma a liberdade de escolha dentro da associação melhora as oportunidades dos membros dentro da associação?
19. Existem algumas restrições na possibilidade de tomar parte das decisões dentro da associação, e como isso afecta no desenvolvimento dos membros?

20. Como a liberdade de participação de todos os membros garante igualdade de oportunidades na associação?

21. De que forma a diversidade de opiniões e liberdades pode melhorar o desenvolvimento dos seus membros?